PINHEIRO TÁVORA

Távora e Cunha na Península Ibérica e na Antiga América Portuguêsa

ROTEIROS GENEALÓGICOS

RAZÃO DE SER DO LIVRO

Preliminarmente, cumpre esclarecer que este livro não cogita somente da genealogia da família do autor, mas, também da de outras que com ela se crusaram, antes e depois da formação e independência política dos países íberos, onde se originou a estirpe dos TÁVORAS, quando ainda a Península Ibérica estava fragmentada em reinos dispersos.

Daí, as longas e talvez enfadonhas digressões existentes no conteúdo do trabalho.

Com o objetivo de esclarecer e, sobretudo, fortalecer o plano da obra, foram citados quase todos os grandes episódios étnicos e políticos-sociais daqueles países de origem latina do Velho Continente, a cujos feitos gloriosos estiveram ligados nomes eminentes de TÁVORAS daquela época, não só mediante atos de altruísmo cristão, como de inúmeros feitos de civismo e, até, de gestos de raro heroísmo praticados em campos de batalha.

Apesar de muitos escritores de renome já se haverem ocupado da genealogia e da ação desenvolvida em diversos campos de atividade por membros daquela família, em várias e agitadas épocas da história, não encontramos, nas produções clássicas desses ilustres e esforçados pesquisadores, trabalhos que oferecessem uma visão global do assunto, explicando e esclarecendo, sob o ponto de vista histórico, espiritual e material, as atividades desenvolvidas pela estirpe dos TÁVORAS na Espanha e em Portugal, na África e na Ásia, e, sobretudo, no Brasil desde o início da colonização até aos nossos dias.

De resto, quem se der ao trabalho de passar em revista, ou folhear o livro, de imediato concluirá que o mesmo ainda não passa de simples e obscuro roteiro da família TÁVORA, ontem como hoje, caldeada com outras de igual valor, cujas gerações sucessivas já muito fizeram pelos bêrços a que pertenceram e continuam no mesmo labor pelas pátrias a que hoje pertencem.

O AUTOR

CAPÍTULO I

TÁVORA E CUNHA NA ESPANHA

Vestígios sobre o povoamento da península Ibérica.

Dinastia das Astúrias, de cuja linhagem real provem a família Távora.

Vejamos, primeiramente o que diz Miguel Unámuno no seu discurso sobre Hespanha e Hespanhóis, às pgs. 413 e 414 v. 10 de Titãs da Oratória, no qual afirma o seguinte sobre as invasões de que resultara a existência histórica da sua pátria.

Inicialmente disse o orador: "A Cartagena perguntei-me. E o simples nome da nossa cidade já me servia de pretexto. Para tornar-me bem seguro no assunto, decidi-me a ouvir o que a história nos fala de vossa gente. Logo salta à memória aquela lembrança do povo, que segundo os mais avisados investigadores de velhos assuntos, habitou a nossa pátria; pois se diz que o nome, de Hespanha, com que os Cartageneses entregaram esta Península aos Romanos, equivale a "Ilha do Tesouro", sendo este constituido de camadas minerais, do subsolo de nossa terra principalmente desta comarca, uma das primeiras que aquêles navegantes pisaram; que através do comércio dos produtos da terra e da indústria aqui derramaram as suas idéias, concepções e sua cultura.

Evoca esta cidade, a recordação das primeiras invasões históricas, na Hespanha colônia possivelmente grega, talvez Fenícia, em primeiro lugar; e depois cartagenesa, ponto de reunião daqueles marinheiros semitas, que puseram a arte militar a serviço dos interesses comerciais.

Em Hespanha desencadeou-se a luta entre Cartago e Roma pela conquista do Mediterrâneo, de um lado, e de outro pela nossa riqueza mineral. A Hespanha foi o palco principal daquele drama. Seguido de Hespanhóis mais fiéis e agressivos que os númidas, cruzou Aníbal os Pirineus e os Alpes para depois ir estiolar-se nas delícias de Cupua. Lutaram por este mar, presa que foi de povos dominados sucessivamente, por tantos deles. Tudo isto o sabeis

muito bem, pois nossos umbrais foram pisados por Fenícios, vândalos, romanos, bisantinos, mouros, aragoneses e catalões com Jaime, castelianos com Fernando, o santo, ingleses com Drake. Tais coisas produzem, como o sol que nasce das águas, o choque de duas civilizações. Quando o Cipião se apoderou de nossa cidade foram, de fato, desterrados os Cartageneses de Hespanha, subjugados ao império Romano e desde então, começou, realmente uma história de nossa história".

Após tantos e tão graves episódios de que resultou a fundação da primeira dinastia Latina, naquele recanto da Europa primitiva; alí afirma-se definitivamente, a soberania política da antiga Ibéria. Alí cruzam-se, com as várias camadas sociais que ocuparam aquela região, com temperamentos, costumes, línguas e hábitos diferentes, as diversas raças orientais; alí se acentuou, definitivamente com lento caldeamento, uma das principais causas etnográficas de que resultou a fundação da nacionalidade Hespanhola: Fenicios, Vândalos, Romanos, Bisantinos, Mouros, Castelianos, Aragonêses, e Ingleses que por alí morejaram e que pisaram e repisaram o solo da Península deixaram nela naturalmente: algo de seu sangue, de seus hábitos e costumes infiltrados no organismo do Romano vencedor.

Alí gera-se, em todos os seus matizes de variegadas côres, a nascente Dinastia das Astúrias, uma nova e progressiva civilização que chega assombrar o mundo com seu grande e eficiente surto, na ciência, na arte, na navegação, conquistando mais tarde o maior império do mundo, cuja raça Luso Hespanhola consegue dominar mares e povoar continentes. É desta inconfundível estirpe latina, com dosagem naturalmente germânica, que vem a tradicional família Távora, a qual descende de membros da Casa Real das Astúrias com uma Moura.

Estas raizes dos Távoras nas Astúrias bem provam-na a ilustre e criteriosa biografia de Santo Antônio de Pádua, escrita por um grande devoto daquele santo -Tresena de Santo Antônio — que se acha em mãos de quase todos os fiéis que habitam as várias regiões do Globo e no recesso de quase todos os lares cristãos.

E este livrinho é, realmente, uma verdadeira e reluzente pérola do espiritualismo Romano. E é nele, nesta fonte insofismável e inconfundível, que vamos encontrar as raizes longínquas da família Távora, na biografia do grande Taumaturgo português como se vê em seguida:

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, o grande Thaumaturgo, o glorioso filho de São Francisco de Assis, nasceu em Lisboa, no século XI no dia 15 de agosto de 1195.

Pertencia pelo lado paterno, a ilustre familia de Godofredo de Bulhões, e pelo lado de sua mãe, Maria Teresa de Távora, à família real das Astúrias.

Educado com particular cuidado por mãe piedosissima, triunfou do demônio desde a mais tenra idade, e consagrou-se ao Senhor, completando dez anos, entrou no colégio dos Cônegos da Catedral onde se fez admirar por sua piedade Angélica. Aos quinze anos, renunciando as vantagens do mundo, entregou-se com reserva ao serviço de Deus, em um convento dos Cônegos de Santo Agostinho, em sua cidade natal.

Surpreendeu-os pelo Gênio precoce e edificou-os pelas virtudes raras.

Apaixonado pela oração, não podia entregar-se a ela com todo o ardor de sua piedade, pelas frequentes visitas dos parentes e amigos. Pediu e obteve dos superiores autorização de se retirar para o convento mais solitário de Santa Cruz de Coimbra onde passou dez anos no exercício de todas as virtudes religiosas.

O tempo que lhe sobrava das observâncias regulares, consagrava-o a meditação e ao estudo de livros santos.

Dotado de prodigiosa memória, retinha tudo que lia. Foi na leitura assídua da divina palavra que aqueceu o coração para oferecê-lo ao Senhor, abrasado de amor.

Dócil às inspirações da graça, aplicava-se a conhecer e procurar tudo que podia ser agradável a Deus, sem ouvir as resistências da natureza as mentiras do espírito das trevas nem as ilusões dos sentidos.

Como boa árvore plantada em terra fértil, Fernando Bulhões crescia e adornava-se para dar frutos abundantes no tempo preciso.

Um dia, durante os primeiros anos de sua vida, o jovem Fernando rezava, com as mãos postas, diante da imagem da Santíssima Virgem. Súbito, o demônio, invejoso da beleza de sua alma, apareceu-lhe sob forma horrenda, ameaçadora, procurando afastá-lo de Maria.

O Menino lembrando-se de que havia aprendido sobre o poder do sinal da cruz, traçou-o imediatamente sobre o mármore onde estava ajoelhado.

Oh! maravilha. A pedra tornou-se flexível sob esta pressão e recebeu a marca da cruz, mais terrível que o raio para expulsar o espírito mau.

O tempo não a apagou e ainda hoje os peregrinos beijam este vestígio inapagável do primeiro prodígio de Santo Antônio de Pádua".

Os Távoras têm realmente suas raizes genealógicas entre as dinastias que constituiram os ESTADOS UNIDOS DAS GÁLIAS, parte integrante do antigo Império Romano, como fôra Espanha e Portugal.

Cunha e Távora procedem de D. Gutierre Paláez, bisneto de D. Fruella II, Rei das Astúrias, Galiza e Leão com solar em Tuy.

TÁVORA: —

Estes precederam aos Cunhas, na 1ª Casa Real, pois vêm com Palayo e D Ramiro desde o início da dinastia asturiana, aquele primeiro rei das Astúrias e este primeiro Rei de Leão, reino mais antigo dentre os que formaram a nação espanhola com a sua unificação, onde teve o bêrço o primeiro Távora que deu origem a toda a família, com este nome, até os dias atuais, e, assim de passo a passo, de análise em análise, recuando-se um pouco ao passado, conclui-se que os Távoras e Cunhas, que parecem constituir em sí uma só família, com brazões conferidos por aquelas Casas Reais, na vigência daqueles pequenos reinos não são, em verdade, um só, mas dois ramos humanos destintos; um e outro, porém, gozaram de real prestígio, através da política de D. Afonso Henriques, o Conquistador, primeiro rei de Portugal, e D. Henrique II, Rei de Castela; e ainda, é quase certo, a sua influência nas coisas do Estado, tendo tido destaque ou prestígio, na Casa Real de Walliam, Rei GÔDO da Espanha.

Foi numa destas casas, talvez na de Leão, a que se ligaram dois fidalgos europeus, um francês, este vindo dos Condes de Borgonha, e outro italiano da Casa de Savois, de cuja nobreza, não se sabendo de qual dos dois, procedem os Távoras, mas é certo que são daqueles velhos troncos latinos que deles os Távoras provém com seus brazões de fidalguias.

Quanto aos Cunhas, segundo roteiro seguro de nossa história genealógica, e com quem se acham os Távoras cruzados, como veremos noutro capítulo era família das mais ilustres da Espanha e uma das primeiras de Portugal.

Diz-se tinha seu solar em Cunha Velho, têrmo dos Guimarães. Afirma a tradição que o nome de Cunha, dado a diversas povoações e usado por várias famílias, teve origem no seguinte: Quando D. Afonso cercava Lisbôa, em 1147, D. Payo Guterres mandou meter várias cunhas no Castelo de Lisbôa, e por elas subiu com os seus, concorrendo com êste ato de heroísmo, para defesa da Cidade.

Segundo resa a história, nove foram essas cunhas e outras tantas, têm os Cunhas por armas. Deu-lhes o Rei, diz o historia-

dor, então o direito de usarem o apelido cunha em prêmio do feito por êles praticados.

Ainda em abono à nobreza dos Cunhas existe uma carta, transcrita no livro de Sebastião de Azevedo Bastos, sôbre o roteiro dos Azevêdos e outras famílias do nordeste, de um irmão Paulo, do Mosteiro de S. Bento de Bahia, na qual êle cita, descrimina minuciosamente os brasões e origem dos Cunhas.

No Brasil, especialmente no Nordeste, os Cunhas, são bastante conhecidos, não só pelas suas veementes qualidades morais, assim por suas vocações para a política, em cujos feitos se têm destacado através dos séculos.

Os Cunhas do Nordeste estão divididos em vários ramos, mas todos pertencem aos velhos troncos Ispano-Lusitano.

Nosso ramo é Cunha Souto Maior, como veremos adiante e, como tal, vamos encontrá-lo cruzado com Carneiro da Cunha, aqui no Nordeste, como acontece com Estevão José Carneiro da Cunha, filho do Capitão-Mor, João Carneiro da Cunha e Antônia da Cunha Souto Maior, nascido na metade do século XVIII; como militar chegou ao pôsto de Tenente Coronel comandante da Paraíba, província que chegou a governar.

Foi casado com a irmã de Amaro Gomes da Silva Cunha, Senador do Império, falecido no ano de 1852, no pôsto de Brigadeiro.

Por outro lado, se é fato real a existência das prerrogativas ou títulos nobilitários e nobreza dos Cunha, conferidos pela Casa das Astúrias, com mais véra se constatam os brasões inapagáveis dos Távoras como acentua, criteriosamente, o autor da Trezena de S. Antônio — Editôra Vozes Ltda. R.J. S. Paulo, página nove dêste livro: "S. Antonio de Pádua, diz ele: o grande Thaumaturgo o glorioso filho de S. Francisco de Assis, nasceu em Lisbôa no dia 15 de agôsto de 1195. Pertencia, pelo lado paterno a ilustre família de Godofrêdo de Bulhões e, pelo lado de sua mãe, Maria Teresa de Távora à família Real das Astúrias".

Vêm ainda reforçar êste juizo, vários escritos de genealogistas lusitanos e brasileiros, cuja opinião coincide com outras que se acham esparsas nos arquivos de Portugal e Brasil, vejamos: o o primeiro Marquês de Távora, foi Luis Álvares Távora, conde de S. João de Pesqueira, feito por D. Pedro II, a 11 de agôsto de 1669 falecido de morte repentina em uma sua quinta, nos arrabaldes de Lisbôa — Campo Pequeno — a 26 de novembro de 1676. Foi cabeça desta nobilíssima família, que por mais de setecentos anos gozou a singularidade de conservar no filho primogênito à sua descendência que procede de D. Ramiro II de Leão e de Moura Zahara-Ancôra Rio, e Caté.

CORREIA LIMA — Bento Correia Lima com cuja família se acham cruzados os Távoras, como veremos noutro capítulo, era Capitão e fidalgo da Casa Real e como político chegou a governador de Sergipe.

Neto de Fernão Correia Lima, um dos primeiros povoadores de Sergipe e descendente de Leonel de Lima de quem conservou o mesmo nome.

Foi Visconde de Vila Nova, em Portugal. Bento Correia Lima foi também Capitão-Mor de Pianco, na Paraíba, era ainda senhor de Engenho Goiana Grande, em Pernambuco, como assim se expressa seu biógrafo.

Como vemos essas três famílias se prendem, em suas raízes históricas, aos vetustos troncos latinos, e pela mestiçagem que vai recebendo, na sua linha genealógica, mas, que, observados, à sombra da consanguineidade, são distintas, cada qual nos seus feitos gloriosos e permanecem cada vez mais fortes, em contínuo cruzamento, com outras famílias do Nordeste, mantendo sempre com brilho e distinção seus troféus tradicionais envoltos nos seus imortais brasões.

Procedem, como vimos, estas três famílias, Távora, Correia Lima e Cunha, dos mais recuados troncos das raças que povoaram a Península Ibérica ainda quando, aquêle recanto da Europa Latina, possuia raças diversas, fragmentado que era em pequenos reinos e unificados com o andar do tempo, sob o Regime Unitário; e depois com a República, em Federação dos Estados, voltando agora com a mão de ferro do caudilho Francisco Franco, ao Unitarismo.

Do mesmo virus político se acha contaminada a terra de Camões, o nosso sempre lembrado Portugal, mudando de quando em quando, de regime político, afastando-se de vêz em vês, das nobres tradições sociais e políticas dos seus avoengos, como acontece, presentemente, com a ditadura bastante prolongada do caudilho Salazar.

É lamentável que aquela política, unipartidária naqueles dois países, preexista, ainda hoje, em choque com o espírito liberal da nossa raça, ferindo o renome dos grandes liberais, cuja ressonância de seus nomes imortais constitui-se ainda apanágio relevante, encarnado nas figuras de Cervantes, Sergasta, Salmero. Emilio Castelar, Francisco Vitória, Cid e outros, que, não obstante a ela oferecem maura resistência, tanto lutam pela sonhada Confederação Européia contra aquela ideológica centralizadora, visando a união dos Estados Europeus com a conceituação de uma nova ordem jurídica econômica e política.

Visando assim a destruição das monarquias absolutas e ain-

da implantar no cenário europeu, com raizes profundas, uma nova estrutura política com fecundo espírito de liberdade.

Os grandes gênios, que apareceram em todos os tempos e em tôdas as pátrias, sempre sonharam, agiram e produziram identicamente, o que vem de ocorrer o mesmo fenômeno com o velho e pequeno Portugal com os seus habitantes, produzindo homens como Camões, Gil Vicente, João de Barros, Vieira, Bernardin Ribeiro, Antônio de Souza, Manoel Bernardes, Latino Coêlho, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Eça de Queiroz, Felinto Elísio, Guerra Junqueira e outros como Castiho que em sátira, em prosa, em comédia, em crítica históricas e sôbretudo na crítica veemente e produtivà, em luta incessante, criaram, em Portugal, contra o regime de opressão, contra a tirania e despotismo, doutrinas que por vêzes teriam sido vitoriosas, arrancando a velha pátria de Gil Vicente das garras impiedosas dos tiranetes e tiranos mores do seu tempo.

Foi, sem dúvida, do recesso cultural, das reações intelectuais encarnadas em espíritos adiantados da clássica latinidade, desde a Roma Antiga baseada nas leis egípcias e gregas que nos viera êsse sentido amplo, eterno e seguro de liberdade civil e política, com fundamento no direito natural.

Desde as Repúblicas Greco-Romanas inspiradas nas leis Egípcias que se fêz sentir, realmente, aos tiranos, a ordem pelo direito, a liberdade pelo respeito ao fôro íntimo do homem e a lei suprema do livre arbítrio.

Como vemos, não foi a cultura, a inteligência nem o bom senso, nem a civilização, muito menos o temperamento do homem da Escócia e o de País de Gales, que inventou e sentiu a necessidade da medida do Habeas-Corpus, dêsse eterno apanágio de liberdade, pois o latino já havia rompido com os grilhões impostos às velhas instituições sociais e políticas baseadas subjetivamente no direito divino.

O próprio Instituto de Habeas-Corpus, que lhe vinculam às suas origens históricas, à Inglaterra, não passa isso de mera ficção histórica ou política, porquanto, paises com civilizações quase pré-históricas, como a Ásia, na Pérsia e outras regiões do Oriente, ali já se aplicava e consentia-se defesa individual com ampla liberdade e garantias fundamentais para os cidadãos como se verifica nas leis que constituem o Alcorão Egípcio, isto é, nos seus milenares e veneráveis papirus.

Foram realmente os inglêses que deram ao Habeas-Corpus o caráter científico de Instituto Jurídico, mas nunca os criadores daquela salutar medida.

Os povos, as nações de origem latina, e não as raças latinas, como pretendem alguns dos nossos escritores; o Grego, o Italiano, o Francês, o Espanhol e o Português, foram os que deram o grito de alarma, em prol dos direitos civis do homem, baseados nas leis egípcias e através da legislação Greco-Romana, proclamando naquêles paises declaradamente liberais, após os mais duros entreveros com suas sucessivas leis Cristãs, republicanas e repúblicas liberais, nosso espírito de liberdade desde as mais antigas civilizações.

É êste fenômeno de aperfeiçoamento dos costumes cristãos, e liberais das nações latinas, vem como já ficou evidenciado, dos costumes egípcios com o Instituto de Defesa de Liberdade individual e outras instituições ou medidas hoje consignadas, na caduca constituição consuetudinária de João sem terra (1215).

Este profundo sentimento de liberdade sempre o possuiram os povos de origem latina, como consta da história e da anâlise que vimos fazendo, com sobejas alegativas, não obstante surgirem críticas vigorosas, mas para nós improcedentes, aquêle elevado espírito de pureza e tradição cristã.

Entre elas julgamos imprescindivel citar um trecho que interessa à análise dêste período, o qual assim se expressa, no que toca às nossas fraquezas e suposta inferioridade: "É defeito orgânico das raças latinas, povos, não raças, dissemos nós, essa falta de grandes energias individuais, do profundo sentimento do direito, o acomodar-se a tudo que lhe impõe a fôrça com mais ou menos facilidade; a êsse vício original juntamente com as Instituições detestáveis e leis vexatórias e no desenfreado amor aos emprêgos públicos".

Quem está com a razão? Quem está com o bom senso na análise dêste fenômeno sócio-político, o político apaixonado ou aquelas gerações que nos legaram tão úteis instituições com sólidas garantias através de séculos de civilização escorados exclusiva e inicialmente no direito natural sob sólidos fundamentos filosóficos, hoje sobretudo, alicerçados em instituições civis e políticas, por ser êste a base do direito positivo.

Atendendo-se, por outro lado, ainda, na concepção filosófica do espírito de liberdade, provinda da sociologia política e do direito natural, criado pelos povos do Oriente como instituições sociais, especialmente pela raça latina que produziu no Ocidente uma civilização com características bem diferentes, a parte, pela que fôra criada, ou melhor, desenvolvidas pela raça Teutônica, embora atuando ambas sob o mesmo solo, sofrendo, uma e outra influência direta do clima, e tendências variadas, vinda de costumes ancestrais e impostas pela situação geográfica onde logo se chocaram por in-

terêsses diversos, convêm deixar a limpo, o que sejam ambos no seu temperamento, pontos de vista políticos, na sua filosofia histórica, no sentido sobretudo de hegemonia, no que concerne ao predomínio político exercido de uma sôbre outra, sem termos em vista preconceito de raças.

E se uma e outra vieram do Oriente espraiando-se pelo Ocidente Europeu, ficando desde logo conhecidos os lugares ou regiões onde se estabeleceram; êsses lugares ficaram dando mais tarde o nome à própria raça que nêles permanecera como, o Lácio, de onde partiram da Europa e florecera em outros recantos da terra a raça latina como vai assim explicado.

Realmente, o latino conhecido como o único habitante do Lácio, viera do planalto central da Ásia, estabelecendo-se, em seguida, nas margens do mar Mediterrâneo, no continente Europeu, nas regiões, ocupadas pela Grécia Européia e pela Itália Central cujos territórios, após a ocupação, fizeram parte integrantes do Antigo Império Romano.

Entre o Latino e o Germânico, isto é, entre a raça latina e a anglo-saxonia há a notável diferença, não só sob ponto de vista fisiológico, como ainda, no eminentemente político-social, isto é, no linguístico e no religioso como veremos.

O Germânico é de côr alva, acentuadamente alourada com estrutura física, na sua generalidade, mais desenvolvida do que o latino; êste quando genuíno, é de côr branca, sem nenhum vislumbre de alouramento, inclinado, porém, por vêzes, à côr morena, revelando destarte taras.

O Latino, conserva, sob o ponto de vista psicológico, um temperamento vibrátil, agitado, impulsivo, quase revolucionário; o Germânico é de índole fria, temperamento calmo, prudente, moderado, fleugmátco.

Por outro lado, diferem, ainda, bastantemente, uma da outra, sob o ponto de vista religioso, tendo assim o Germânico tradição, costumes, hábitos e ponto de vista político-religioso bem diferente do Latino.

Não obstante êsses veios diferenciais, entre êsses dois povos de origem e raças diferentes, América e Europa foram, originàriamente, por êles descobertos, segundo pretendem os americanos do Norte, conquistadas e ocupadas em diversos trechos de seus territórios.

Daí para cá, foi a América de Colombo sempre dominada por aquelas duas raças, as quais sempre viveram em constantes cho-

ques, unidas poucas vêzes, por questões de ordem religiosa, política e, sobretudo comerciais, como bem revelam as guerras antigas e contemporâneas, que vieram até hoje abalando o mundo com a destruição de suas civilizações.

Integram o quadro da raça anglo-Saxonia com seu domínio territorial, o Inglês, o Alemão, o Holandês, Belga, Sueco, Austríaco, pois que quase todos os paises baixos da Europa são habitados pela raça Germânica, bem como os Estados Unidos da América do Norte, e uma parte das Guianas por ela dominada com seus prêtos com radicação na África e na Ásia.

O cenário da raça Latina se constitui das seguintes potências: Francesa, Italiana, Grega, Espanhola e Portuguêsa incluindo-se tôdas as populações da América Central e do Sul, com exceção da indígena, em que ainda pouco reina alguma circulação de sangue de estirpe branca-latina.

Por outro lado, vivemos no século atual, com o ouvido entumecido de ouvir falar, através da imprensa falada e escrita, em uma tal América Latina, uma coisa que achamos, de acôrdo com muitos escritores, quase absurda, ainda aquela denominação histórica.

Realmente, não obstante as Américas do Sul e Central terem sido povoadas por latinos, quiçá descoberta tôda região Americana por membros daquela raça européia, como já ficou dito, pouco tem ela hoje da clássica latinidade.

Observando-se êsse fenômeno, à luz da sociologia de povos indo-latino-Americanos, logo se conclui, através da estratificação das camadas sociais, a pouca verossimilhança de tal classificação.

Os povos que integram as duas Américas citadas, que reunem elementos portuguêses e Espanhóis, longe estão de se avantajarem aos elementos indígenas já nelas encontrados.

As únicas nações de raça latina de origem Espanhola, aqui na América, em que ainda vai dominando o sangue genuinamente latino, em grau de superioridade, à indígena, são a Argentina, Uruguai e Costa Rica.

As demais repúblicas de origem Espanhola da América nelas predomina o sangue aborígene como sói acontecer com a Bolívia, Paraguai, Perú, Venezuela, Equador, Guatemala e Honduras, Haiti e São Domingos com seus prêtos, incluindo-se ainda, o México com sua indiada.

Em todas essas Repúblicas temos a percentagem de quando não integral com relação aos negros, 60% de sangue nativo.

Nós, os crioulos do Brasil, com o cruzamento incessante que vimos tendo de negros, portugueses, indios e ciganos, já perdemos de todo o tom sonoro da latinidade clássica, especialmente nas regiões norte e nordeste do país, por falta de correntes imigratórias, vindas da Ásia e do Continente Europeu.

As fibrinas raciais, vinda dos vetustos troncos, estão prestes a desaparecer, por completo.

Parece-nos regredindo insensivelmente a indiada, asiática de onde proveio o selvícula brasileiro, ou pelo menos, a cousa semelhante.

Isto parece-nos não haver dúvida de que a raça que povoa a América Meridional, cuja denominação de raça Latina, tende realmente a desaparecer, em si mesma, no que tange ao tipo primitivo, surgindo daí, também a possibilidade do desaparecimento do espírito latino e classificação de origem com a denominação de raça Latina, como ficou expresso, imposta pela forte miscigenação com raça primitiva deste Continente.

Face a este episódio étnico, vislumbramos que o indígena, com seu sangue injetado, com maior dosagem, nas veias do Europeu, já agora começa a repelir, e mesmo por direito a exigir, que se abra mão daquela velha denominação de América Latina, passando-se a chamar mais adequadamente de América-Indo-Latina, em substituição aquele nome.

Que o éco deste lembrete se projete através das estratificadas camadas humanas que integram o cenário das Américas-Lusa-Espanholas, inspirando a criolada, desta parte do Hemisfério Ocidental, a se convencer, fazendo mudar aquele nome, como já se disse, de América Latina para América-Indo-Latina, por decorrência e força de, ainda, em várias daquelas repúblicas, falarem, quase in-totum o idioma nativo.

NOTA

O reina das Astúrias com a sua casa real onde os Távoras viveram seu primeiro solar, é uma região ao norte da Espanha na orla do Mar Cantábrico (Golfo da Biscaia) ao sopé dos ásperos Pirineus, cujos acidentes geográficos separam aquele país, da França e a minúscula República de Andorra.

CAPÍTULO II

TÁVORA EM PORTUGAL

Esta família reaparece na Península Ibérica com a primeira casa Real, ou dinastia portuguêsa, ao tempo de D. Afonso II, passando em descendência pela casa Real de Otoquia ao tempo do Rei D. Diniz (1279 a 1325) e com elas ressurge e floresce, como bem atesta a história social e política da velha Luzitânia, através de várias monarquias.

Desde a formação social e política da Peninsula, após o aparecimento de D. Henriques I, Rei de Portugal, que os Távoras reluzem no seio da raça de Camões, isto é, no seio da própria raça, agindo na política, na diplomacia, nas armas, na religião, na literatura, na filosofia, alargando assim os horizontes históricos da tradicional pátria de Gil Vicente, João de Barros, Almeida Garret, Latino Coelho, Vieira, Herculano, Oliveira Martins e Queirós Veloso.

O trágico episódio que eclodiu, a 13 de janeiro de 1759 em Lisboa, e arrastou a família Távora, levada por Pombal ao patíbulo, ao invés de reduzi-la a um sudário eterno, nasceu sob o seu injusto martírio, sob as cinzas funéreas dos corpos arcabuzados e reduzidos a pó, o carvalho divino que, à sua sombra, projetou-a através de várias regiões do globo, onde seus membros foram se refugiar, escapando à ação sanguinária e draconiana da justiça do tempo.

Realmente, segundo vários historiadores lusos, após a decapitação dos Távoras, êstes emigraram, em massa, de Portugal, uns para a Itália, outros para os Estados Unidos e muitos outros para o Brasil, não significando, porém, que, já, antes, desde 1606, existissem Távoras em terras do Brasil, como atestam inúmeros documentos conferidos a sesmeiros pertencentes aquela família.

Foi dessas longínquas regiões que os Távoras, fugitivos e banidos, observaram, embora inconformados, o estrondoso desmoronamento de Tôrre de Marfim, do descendente de Maria do Espírito Santo Arco-Verde,, india pernambucana, filha natural de Jerônimo de Albuquerque, o qual mandou ao patíbulo a vários membros daquela família, banida e expatriada de Portugal como ficou expresso.

Pombal, a pretexto de imprimir reformas aos quadros políticos administrativos de Portugal, com a colaboração imbecil de D. José I, tentou destruir a Companhia de Jesus, pretextando unicamente a escravidão dos indios e o monopólio comercial, feitos pelos Jesuitas e com ela os Távoras que se opuseram, com a Casa de Aveiro àquela tentativa, que foi, em parte, afinal vencedora.

Com a resistência dêstes, que nasceu desassombrada através da imprensa, simularam um atentado ao rei e daí o simulácro processual, no qual foi envolvida quasi tôda a família Távora, processada, assassinada e banido de Portugal o restante de seus membros.

O atentado não passou, porém de um pequeno ferimento que atingiu de leve um braço de D. José I.

Segundo a opinião corrente, entre os portuguêses, aquêle crime fora mandado praticar pelo Marquês de Pombal, cuja administração vinha sendo criticada por um jornal fundado pelo Duque de Aveiro e o Vice-rei Francisco de Assis Távora, que havia abandonado o vice-reinado da India Portuguêsa, para vir com aquêle Duque, criticar a ação reformista do ditador Português.

Aquêle fato, que manchou sobremodo, páginas da história política de Portugal, ocorreu entre 1750 a 1777, isto é, em 13 de janeiro de 1759 tendo começado o processo em 13 de setembro de 1758.

Pombal procurou, realmente, envolver na sua famosa reforma política, não só aquela Companhia de Jesus, mas ainda, todos os conventos existentes em Portugal e em tôda América Portuguêsa.

Envolveu, pretendendo destruir assim todo o clero nacional, na sua tromba de fôgo reformista, praticando destarte a mais requintada iniquidade.

E o fêz por que, encontrou terreno e ambiente propício a semelhantes fins.

Os próprios padres da Companhia de Jesus começaram a exercer uma certa hegemonia sôbre alguns donatários de Pernambuco e Maranhão e daí a ciumada de bispos e civís que iam sendo nomeados para governar espiritual e temporalmente aquelas Capitanias.

Inicia-se então a luta dentro do próprio clero, donde decorreram denúncias de padres contra padres, de capitães mores contra os membros da Companhia de Jesus.

Enfraquecida, assim, aquela valorosa instituição cristã, a mais sólida e respeitável que já se criara dentro do quadro da igreja romana, fundada por Santo Inácio de Loiola, velho heroi de sua pátria e descendente de família de alta linhagem, se abriu a Pombal o momento propício ao plano sinistrado de destruição dos Távoras, que a êle reagiram.

Pombal aproveitando-se assim, dessa balburdia, alvejou, simultâneamente de cheio, os adversários com suas violentas e ímpias medidas de natureza política, abalando as raízes da Companhia ao imputá-la de traição aos direitos disciplinares, criados então pela imaginação criminosa do ditador português, que não

obstante visava prejudicar uma grande parte dos súditos portuguêses, existentes no Estado do Brasil, bem como, no que ia semelhantemente ocorrendo na India Portuguêsa.

Achamos, não obstante, ser um ato censurável, e, que Pombal e D. José I, teriam certa razão, se na sua ação injusta, de tôda reprovável, verdade existisse, no tocante aos desrespeitos àqueles direitos, que vinham sendo assegurados, aos interêsses das possessões portuguêsas no Brasil e nas Indias.

Daí, mais ou menos, a fundada suposição de que algo podia ir ocorrendo, subterrâneamente no seio da nova e elevada política da catequese, sôbre insuflações e auxilios, prestados àquela instituição pela política irrequieta da pátria de Cervantes, no que tange ao movimento colonial e direitos disputados, sôbre os limites das colônias entre os dois países da Península Ibérica, com relação a prefixação dos mesmo entre as colônias referidas: os quais após séculos de entreveros diplomáticos, ficaram estabelecidos, em parte pelo alveo do Rio da Prata com exceção dos Tratados de Tordesilhas de 7 de julho de 1494 e assim dos de 1668; Tratado de Madrid, de 3 de janeiro de 1750; Tratado de Paris de 10 de fevereiro de 1763: Tratado de Março de 1767 e o de Sto. Idelfonso de 1.º de outubro de 1777, que serviram de pacificação entre Portugal e Espanha.

E êsse igual espírito de desconfiança nasceu com relação a política portuguêsa contra a vigilante política Espanhola de então, cujos govêrnos e cléros concorreram igulamente para extinção da Companhia de Jesus, em outros recantos da América.

O que se observa, com mais intensidade, dentro dêsse ambiente de tramas, intrigas e mentiras internas e internacionais, é, que, em consequência, foram suprimidas várias outras órdens religiosas, por bulas ou decretos buláticos, provindos dos próprios papas romanos com apoio no poder temporal como já ficou dito.

Alegava êste, talvez em ameaça aquêle, interêsses de ordem cívica ou nacional.

Assim, receberam, aquelas instituições a má recompensa de seus inestimáveis serviços prestados pelos mártires e perseguidos membros da Companhia de Jesus a este Brasil, a que eles tanto queriam e por quem muito se esforçaram para vê-lo grande e invencível na sua nomenclatura espiritual e sobretudo material, não só com a instrução, que vinham administrando a nossos selvícolas, mas ainda, com o desbravamento da selva e outros benefícios de alcance inestimável.

Mas a mão invisível da Providência, que sempre corrige os êr-

ros dos homens, sem que êles os sintam, já agora, erguera, há mais de dois séculos, a pena de um dos nossos pontífices e com ela fez restaurar a Bula que suprimira aquela profícua instituição cristã.

Tenham, ou não errado os Jesuítas, tenham ou não os frades integrantes daquela Companhia cometido êrros graves, ou mesmo danos irreparáveis tenham ou não razão de estado os dois países Latinos da Peninsula, para realização ou consumação da extinção da Companhia, mas, o que é realmente iniludível é que Portugal e Espanha procuraram, quando seus interêsses não se ajustavam, se destruir na linha da política de conquistas materiais, e, como tal golpeavam, desrespeitavam, o direito natural, tentando enganar as relações do homem com o homem na ordem pacífica e na derivada do poder onipotente, do poder criador, em nome de um civismo que nunca conhecemos, com a extinção de uma instituição eclesiástica que tanto bem já teria feito, se mais perdurasse, com suas múltiplas atividades cívicas e culturais de alcance civilizador.

E como na forma, bem assim em substância, tenha o martiriológio dos padres da Companhia certa semelhante, identidade ou analogia com o triste episódio dos Távoras, pois foram perseguidos, prêsos, banidos e com seus bens sequestrados, sem nenhum pequeno direito de defesa e alguns dos quais se me não trai a memória, morreram algemados nos cárceres de Portugal, assim convém aqui relacionar, como já é sabido, os primeiros padres, os nomes desta tão memorável velha-guarda da nossa civilização nascente, no Brasil de 1549, em diante.

Rebuscando pois o início do nosso raciocínio para melhor critério histórico e mais amplo esclarecimento da matéria acima exposta, citamos o texto da Bula Regimini-Militantes Ecclesiae do Papa Paulo III, aprovando a instituição de ordem religiosa denominada Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loiola, em 1534, extinta pelo papa Clemente XIV em 1773 e restaurada anos depois em 1894, por Pio VII.

> "Segundo o texto dêste diploma pontificio, a ordem dos Jesuitas foi instituida para a defesa e propagação da fé e proveito das almas na vida cristã, para pregar e instruir em público, e praticar todos os exercicios espirituais, ensinar os elementos da religião as crianças e o povo, confessar e ministrar os sacramentos aos fiéis, consolar os aflitos, remediar as discórdias, visitar os prêsos e pobres dos hospitais e praticar tôdas as obras de misericórdia, tudo para a glória de Deus e proveito público, gratuitamente, e sem esperança de recompensa".

E assim aconteceu em virtude de ter sido criada a nova ordem religiosa estabelecida em Portugal em 1544, a instância de D. João III, e em seguida fundada sua primeira casa ou colégio de São Roque, em Lisboa e no Brasil em 1549, com a vinda de alguns de seus padres para a Bahia em companhia do Governador-Geral Tomé de Souza, sendo estes os padres João de Apiscuelta Navarro, Antônio Pires e Leonardo Nunes e os irmãos aspirantes Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, tendo por superior o padre Manuel da Nóbrega, investido da dignidade de provincial da ordem do Brasil.

Estes foram os primeiros Jesuitas que pisaram estas terras do Brasil como dizem todos os nossos historiadores e cronistas, desde o século XVI até os nossos dias, com exceção dos que vieram na Frota de Cabral.

Esta é a verdade, aqui paramos com o nosso longo e enfadônho comentário que julgamos imprescindível, a respeito da perseguição de Sebastião José de Carvalho Melo e Ataíde, de parceria com o seu Rei D. José I, à religião cristã, e aos Távoras, concedendo-lhe, porém, nêste particular, o devido desconto, em virtude da mentalidade pública do tempo, e, sobretudo, da desconfiança que nêles sempre reinou, segundo a psicologia e aspecto histórico e jurídico de fenômeno político, no tocante à influência da política Espanhola e consequente orientação da mesma através do rumo que ia tomando a sólida e sábia organização das Missões, em vários recantos da América.

A previdente visão política portuguêsa, em tempo, reagiu ao plano político espanhol, embora sempre juntas contra quaisquer tentativas de invasão da América Meridional, da América Luso-Espanhola, pela raça anglo-saxônia.

Pombal realmente boliu com Deus e o mundo na sua reforma política.

Mas o que mais manchou os seus atos de civismo, como primeiro ministro, na criticada gestão de D. José I, que se prolongou por 27 anos (1750-1777) como já ficou explícito, foi o suplício da família Távora, como veremos, como se verifica no roteiro genealógico, nos serviços por ela prestados, como ressalta do quadro ou roteiro que segue:

"TÁVORA", Álvaro Piris de. Fidalgo português, filho de Lourenço Piris de Távora, dos quais adiante falamos, n. em 1554, e m. em Tânger em 1578.

Acompanhando à expedição à África, comandou, na Batalha de Alcacer Kibir, sob as ordens do seu irmão Cristóvão, um dos esquadrões de terço dos aventureiros, o da vanguarda, que destroçou completamente os Mouros, internando tanto nas fileiras inimigas

que chegou quase a liteira onde já estava morto o imperador de Marrocos.

Quando ia quase por a mão na liteira caiu ferido com uma arcabuzada.

Mais um instante, e a vitória estava ganha, bastando para isso que se divulgasse a morte do soberano Marroquino.

Assim os portuguêses, vendo cair o môço guerreiro, de tal modo perderam a serenidade que a derrota foi rápida.

Precisamente quando a mourisma principiava a decrescer e a afrouxar, convencida de que todo esfôrço seria inútil, é que os portuguêses, atentaram com a arcabusada que prostrara o moço combatente e sucumbiram.

Um momento mais, e o sonho de D. Sebastião ter-se-ia convertido numa brilhantíssima realidade.

Álvaro Peres foi levado para Tanger, onde faleceu na idade de vinte e quatro (24) anos.

Publicou uma memória em espanhol, acerca do processo que lhe foi movido e vários opúsculos sôbre pontos de história eclesiástica, em Comentário ao Nobiliário do conde D. Pedro, etc.

TÁVORA, Cristóvão de. Fidalgo português filho de Lourenço Pires de Távora, n. em Lisboa em 1541 e m. na batalha de Alkacer-Kibir.

TÁVORA, D. Fernando de. Religioso português, n. em Santarém e m. em Azeitão em 1577. Professor na Ordem Dominicana (1555) e foi Prior do Convento do Benfica.

Foi bom pregador e Pintor de merecimento, como provam alguns quadros existentes em Benfica.

Em 1569, foi nomeado Bispo do Funchal, dignidade que recusou.

Deixou inéditos uns comentários em latim ao Evangelho de S. João.

TÁVORA, Francisco de Assis de. 3.º Marquês. Fidalgo Português herdeiro do 2.º Conde de Alvor, nascido em 1703, executado a 13 de janeiro de 1759. Casado com D. Leonor, da casa dos Távoras, herdou o título pertencente a sua esposa.

Foi governador da praça de Chaves e Vice-Rei da India, nomeado por D. João V, sendo relevantes os serviços que prestou a Portugal no desempenho dêsse elevado cargo.

Mandou uma expedição contra o pirata Cananjá, que infestava os mares próximos de Diu, declarou guerra ao rei de Sunda, obrigou os rajás rebeldes a submeterem-se a Portugal, etc.

Substituido no govêrno pelo conde de Alva (1754), partiu para Lisboa onde o esperavam os mais horrorosos martírios.

Quando ocorreu a tentativa de regicídio contra D. José I (3 de setembro de 1758), o Marquês de Pombal, em guerra aberta com os fidalgos e os jesuitas, premeditou abater de um só golpe a nobreza que o afrontava.

O Marquês de Távora, orgulhoso, beato, adepto dos padres da Companhia era, decerto, contrário à política do primeiro ministro.

Pombal olhava-o com desconfiança e quando se deu o atentado logo o feroz Marquês projetou a sinistra vingança, que enche de eterno opróbrio a sua tão fecunda e patriótica administração.

Logo que teve notícias do atentado, o Marquês de Távora, que era general de cavalaria, apresentou-se imediatamente no paço para protestar sua lealdade e afirmar sua dedicação à pessoa de el-Rei.

Recebeu-o friamente Pombal, já disposto a aproveitar o ensejo para castigar êsse fidalgo soberbo que tinha o arrôjo de comentar desfavoravelmente, os seus planos.

Quando o ministro viu que tudo estava preparado para a punição dos sacrílegos que ousaram tocar na sagrada pessoa de D. José I, o Marquês de Távora, saindo de um baile na embaixada inglêsa, foi prêso e conduzido a Belém, onde já se achavam diferentes pessoas de sua família (13 de dezembro).

No processo, apesar de instaurado à vontade de quem o dirigia, não se provou a culpabilidade dos Távoras.

O único que os acusou, sob as dôres dilacerantes dos tormentos a que o submeteram, foi o Duque de Aveiro.

Mas os próprios criados dêste fidalgo, postos igualmente a tormentos nem sequer aludiram aos Távoras.

A nada, porém, se atendeu.

Pombal havia determinado o extermínio dos Távoras, e a justiça tinha já deliberado o seu procedimento.

O Ministro odiava o Marquez por não enfileirar no número dos que se curvavam perante êle, e tinha má vontade para a Marqueza por esta nobre senhora se atrever a murmurar da assiduidade do rei junto de uma Távora, casada.

O atentado ocorreu mesmo no dia em que D. José vinha do palácio de sua amante.

Pombal tão alto colocava a pessoa do rei que nem sequer admitia que se censurassem os seus desvaneios amorosos.

Fôsse como fôsse, o que está demonstrado é que os Távoras foram completamente alheios à tentativa de regicídio de 3 de setembro e que a condenação desses fidalgos foi devida ao ódio pessoal do Marquez e do próprio rei, por que é fóra de dúvida que se D. José quizesse, a iniquidade não se teria consumado.

Organizado o processo do modo que deixamos indicado, o Tri-

bunal cumpriu as órdens que recebeu dos amos, condenando o Marquês de Távora a ser exauctorado de tôdas as suas honras, dignidades e comendas, a ter as canas das pernas e dos braços partidos, a ser rodado, a picarem-se as armas da sua família em todos os sítios onde estivessem, proibindo-se que houvesse mais quem usasse o apelido de Távora.

A sentença foi executada a 13 de janeiro de 1759.

O Marquês foi o sétimo supliciado.

Contava 56 anos de idade, e, poucos anos antes, havia, quando vice rei da India, mandado celebrar imponentes festas pela aclamação de D. José, seu rei e seu algoz.

Sôbre o cadafalso que o ódio de Pombal mandou erguer, o carrasco despedaçou o corpo do altivo fidalgo que tão nobres feitos havia praticado na India.

Mais tarde, morto D. José, foi reconhecida a inocência dos Távoras mas, a sentença reabilitando a memória dêsses mártires não foi publicada para não se ultrajar a memória de D. José.

Na sala dos brazões, em Cintra, não se encontram as divisas dos Távoras, e na galeria dos vice-reis da India falta o retrato de D. Francisco de Assis de Távora, assassinado, por ordem de D. José e do seu ministro.

A infâmia ficou tanto que até hoje o título nunca foi restaurado, porém os Távoras e os seus descendentes que escaparam à crueldade de Pombal, tornaram a usar o seu apelido.

TÁVORA, D; Francisco Xavier de. Fidalgo português, filho do 2.º Marquês de Távora, n. em 1687 e m. doido, em 1716.

Serviu na guerra da sucessão da Espanha e foi mestre de campo, general e governador do Rio de Janeiro (1713).

Mandou fortificar a cidade e construir o forte da Lage.

TÁVORA, D. Frei Henrique de. Arcebispo de Gôa, primaz do Oriente, m. em 1581, foi môço da Câmara do Cardeal D. Henrique, e professando na Ordem Dominicana, acompahou a Braga, o arcebispo D. Frei Bartholomeu dos Martyres, com o qual esteve igualmente no Concílio de Trento.

Regressando a Portugal, foi Prior do convento de Evora, Bispo de Cochim (1576) e Arcebispo de Gôa (1578).

Morreu em Chaul, envenenado, segundo diz Barboza Machado (Bib. Lus).

Publicou a oração latina que proferiu no Concílio de Trento, e um livro em Português "Advertências para os que devem fazer de confessôres".

TÁVORA, Jerônimo Tavares Mascarenhas de. Escritor Português, n. em Lisboa entre os anos de 1708 e 1710 e m. na segunda metade do século XVIII.

Formou-se em cânones (1713) e foi juiz de fóra em Marvão.

Publicou uns versos à memória do duque de Cadaval, uma comédia em hespanhol: "Los arrojos por amor", várias poesias epithalâmicas, etc.

Redigiu também o "Folheto das duas Lisboas", de que saíram vinte e seis números (1750-1731), publicação de crítica humorística que teve grande êxito.

Êsses folhetos apareceram muitas vêzes com diversos títulos muitos curiosos.

Um deles é assim chamado: "Epithalamio das célebres múmias do senhor Francisco, o Bôbo do Socorro, com a escalavrada formosa da insolentíssima senhora, a estrangeira doida.

Esta obra tem outro título que não se pode dizer agora para não atemorizar o leitor porque é bicho de sete cabeças, a quem dá vida a engenhosa cachoeira do valoroso Alcides português, José Rato".

Outro tem o seguinte patusco título: "Oposição da Academia phleugmática quando vagar a cadeira de rhetórica por fallecimento de José de Almeida, careca das cozinhas".

Um escritor chamou a esta publicação as "Farpas" do século XVIII, e não errou na apreciação, porque a avaliar pelos títulos que copiamos e por outros que omitimos, os "Folhetos das duas Lisboas" eram uma revista de crítica aos acontecimentos mais importantes e aos homens mais em evidência daquele tempo em que medravam diversas academias literárias, cada qual a mais pateta.

Assim, é muito pitoresca a paródia dessas academias feita na outra academia dos phleugmáticos da rua do Caldeira, que tinha por suposto censor o senhor Francisco de Melo e por secretário o não menos fantástico José Cassope.

Pelas "biscas" que nesses folhetos se jogavam, devia ser realmente grande o interêsse por tão patusca publicação.

TÁVORA, João Mendes de. Fidalgo português, filho segundo do 1.º Conde de S. João e de D. Martha de Vilhena, n. em 1598 e m. em Coimbra em 1646.

Doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra e foi Cônego magistral da Sé de Lisboa, sumilher da cortina de D. Philippe III, bispo de Portalegre (1632) e depois de Coimbra (1638).

Feita a restauração, D. João IV nomeou-o conselheiro de Estado e Arcebispo de Lisboa, dignidade que não chegou a exercer por haver falecido pouco depois de nomeado. Imprimiu um sermão pregado num ato de fé....

TÁVORA, José Maria de. Fidalgo português, filho do 2.º Marquês D. Francisco de Távora, n. em 1736, supliciado a 13 de janeiro de 1759.

Era oficial de dragões, e o enlêvo das damas pela sua elegância e pela sua beleza física.

Partiram-lhe também as pernas e os braços e como quebrasse a corda que o devia estrangular, os algozes acabaram-no esmigalhando-lhe os ossos.

TÁVORA, D. Leonor, marqueza de. Dama portuguêsa, filha do 2.º Marquês de Távora e única herdeira dessa casa, n. em 1700, executada a 13 de janeiro de 1759, antes de seu marido e filhos.

Tendo casado com seu primo D. Francisco de Assis Távora, acompanhou-o a India quando foi nomeado vice-rei.

Senhora de grandes dotes de espírito, e, como o marido, muito altiva, beata e toda afeiçoada aos jesuítas, tendo por confessor o célebre padre Gabriel Malagrida, não ocultava o seu desdém pelo Marquês de Pombal, que considerava um ambicioso sem escrúpulos.

Foi, por isso, a primeira a ser presa e a expiar a monstruosa culpa de não simpatizar com o primeiro ministro do el-Rei D. José.

A sentença que a condenou diz: "A ré D. Leonor de Távora,... a condenam somente a que com baraço e pregão seja levada ao mesmo cadafalso, que nele morra morte natural para sempre, sendo lhe separada a cabeça do corpo; a qual depois será feita pelo fôgo em pó e lançada no mar..."

A desventurada senhora contava 59 anos de idade.

Antes de lhe dar a morte, o carrasco descreveu-lhe as torturas que deviam ser infligidas a seu marido e a seus filhos.

A infeliz pedia, em altos gritos, que acabassem depressa.

TÁVORA, Lourenço Pires de. Diplomata português do século XVI, n. em Almada e m. na Caparica (1510-1573).

Militou em Arzilla, acompanhou o infante D. Luiz à expedição de Tunis e, entrando na carreira diplomática, foi enviado a Londres como embaixador, para obter a mão da rainha Maria Tudor para aquele infante, negócio que não se realizou porque Carlos V meteu-se de permeio casando seu filho D. Philippe, que estava viúvo com a soberana inglesa.

Partindo depois para a India, portou-se heroicamente no segundo cêrco de Diu e regressando a Lisboa, foi encarregado de ir a Viena conseguir que a rainha da Hungria desistisse de reclamar a saída de Portugal da Infanta D. Maria, filha de D. Manoel e da rainha D. Leonor, empresa em que foi bem sucedido.

Cumprida esta missão, foi a Madrid (1552) pedir em casamento para o principe D. João, filho de D. João III a mão da princesa D. Joana, filha de Carlos V, que depois acompanhou a Portugal.

Depois da morte de D. João III, foi nomeado embaixador em Roma com o encargo especial de arranjar as cousas de modo que,

quando falecesse o pontifice, que era Paulo IV, fôsse elevado a tiara o cardeal D. Henrique.

Távora partiu para a cidade eterna onde com tanta manha e tanta habilidade procedeu que, falecendo o papa, o cardeal D. Henrique teve no conclave 15 votos.

Não foi eleito, é claro, mas a votação que conseguiu é a prova evidente da astúcia e da finura com que em tão melindroso assunto procedeu o embaixador português.

Aproveitando a sua estada na Capital do catolicismo, conseguiu diferentes vantagens para a coroa portuguêsa.

Como os serviços que estava prestando eram magníficos. D. Philippe II deixou-o estar em Roma, onde o Papa Pio IV o tratava com tão especial consideração que o consultava a respeito do que devia fazer-se no concílio de Trento.

Útil ao monarca e ao pontífice, o hábil diplomata demorou-se bastantes anos na cidade eterna, abandonando-a quando a sua presença foi reclamada em Lisboa.

Quando chegou a Capital encontrou efetivamente as cousas mal paradas, pois entre a rainha D. Catharina e o cardeal estava acesa a luta por causa da regência do reino.

Como é sabido, e dito fica em outros artigos desta Encyclopédia, o cardeal era apreciado pelos jesuitas, no próprio interêsse dêles, é claro.

O fino diplomata, que recebera do Papa as maiores distinções (apesar de lhe haver disputado a eleição) e que cultivava a amizade dos padres da Companhia, patrocinou a pretensão do Cardeal.

Êsse patrocínio, dadas as eminentes qualidades do protetor, equivalia a uma vitória.

E foi o que sucedeu.

O Cardeal entrou na posse do poder real e Lourenço Pires de Távora pouco depois, reconhecia que a sua habilidade tinha falhado... Os Jesuitas de tal modo se insinuaram no âmbito do Cardeal, criatura de cêra nas suas mãos, que o diplomata reconheceu que a sua influência já nada podia conseguir.

Quando apresentou ao Cardeal a "Memória sôbre os interêsses da monarquia (inserta na "crônica de D. Sebastião" de D. Manoel de Moura) os Jesuitas de tal modo procederam, que o grande diplomata reconheceu que nada podia tentar contra o colosso da Companhia.

Tendo-a auxiliado, era agora por ela derrotado.

Como fôsse preciso arredá-lo da Côrte, deram-lhe o cargo de Capitão de Tanger, que aceitou e desempenhou com notável acêrto (1565).

Pouco tempo, porém, se demorou em África.

Regressando a Lisboa (1566) retirou-se para a Caparica, recolhendo-se ao convento de capuchinhos de Arrábida, que ali havia fundado (1588) e de que era padroeiro.

E nêsse convento acabou os seus dias.

TÁVORA, Luiz Alvares de. 3.º Conde de São João e 1.º Marquês de (V. São João, Conde de.)

TÁVORA, Luiz Bernardo de. 4.º Marquês de. Fidalgo português, filho primogênito do Marquês de Távora D. Francisco de Assis, n. em Palhavã em 1723 e justiçado como seus pais a 13 de janeiro de 1759.

Era casado com sua tia D. Thereza, que o atraiçoava com D. José.

Morreu aos 36 anos, tendo-lhe antes sido quebrados os ossos das pernas e dos braços.

À hora a que o infeliz agonizava no patíbulo, quem sabe se a mulher muito comodamente instalada no convento para onde seu amante a mandara quando o marido foi prêso, não se prepararia para receber o algoz de seu espôso!...

O processo dos Távoras tem isto de monstruosamente odioso; é que sendo prêsos os Távoras, como autores do regicídio. D. Thereza não só não foi incomodada, mas conduzida, com todos os cuidados e atenções, para um mosteiro onde nada lhe faltou, até que o rei se esqueceu por completo dela. V. Távora, D. Thereza de Távora e Lorena, marqueza de.)

TÁVORA, Pedro Lourenço de. Religioso português, filho de Bernardino de Távora, reposteiro de D. João III.

Foi cônego da sé de Lisboa, esmoler do Arquiduque Alberto e prelado da Ordem de Cristo em Thomar.

Estudou em Salamanca e em Coimbra.

Morreu em 1594 deixando um resumo do "Breviário Romano" em latim.

TÁVORA, Ruy Lourenço de. Fidalgo português, filho de Lourenço Pires de Távora, n. em 1556 e m. em 1615.

Serviu em Tanger e na India, regressando a Portugal pouco depois do desastre de Alkacer-Kibir.

Nomeado Governador da Tôrre Velha por D. Henrique, aderiu depois ao domínio hespanhol, que defendeu com as armas na mão em Coimbra e em Lisboa atacadas, pelos inglêses.

Foi governador do Algarve e vice-rei da India.

TÁVORA, D. Thereza de Távora e Lorena, marqueza de. Irmã mais nova de D. Francisco de Assis, esposa de D. Luiz de Távora, seu sobrinho e amante de el-rei D. José I, n. em 1723 e m. no convento do Rato.

Casou a 8 de julho de 1742.

Era muito gentil mas bastante leviana, segundo afirmam alguns cronistas galantes dessa época tão ligeira e frívola.

Na noite em que se praticou o atentado contra D. José, regressava o monarca da casa da marqueza, segundo outros cronistas mais severos, era realmente bonita mas pouco inteligente.

D. José, que também não primava muito pela educação, gostava dela sem contudo se mostrar profundamente apaixonado.

Quando o marido foi prêso, o seu real amante deu ordem para conduzí-la ao convento do Rato, onde se conservava em relativo confôrto até certa altura.

Depois D. José, mudando talvez de amante, esqueceu-a, e a desventurada que, segundo parece, pouco ou nada fêz no sentido de livrar o marido do martírio que o esperava, acabou os seus dias na tristeza da sua cela, completamente abandonada.

TÁVORA, Álvaro Pires de. Historiador português, filho de Ruy Lourenço de Távora, que teve o título de vice-rei da India, m. em Lisboa em 1640.

Serviu como voluntário na armada incumbida de expulsar os holandeses da Bahia (1624) e escreveu a "Historia dos varões ilustres do apelido de Távora", publicada mais tarde (1648) por seu filho Ruy Lourenço de Távora.

TÁVORA, Antônio Luiz de. 2.º Marquês de. filho do 1.º Marquês de Távora, n. em 1656 e m. em 1721.

Serviu na guerra da sucessão da Espanha, como mestre de campo de um têrço e como tenente-general da cavalaria de Traz-os-Montes.

TÁVORA, Antônio Tavares de. Esmoler-mor de D. João IV, m. em 1642, em idade muito avançada.

Foi cônego em Mafra, e como seguisse o partido do Prior do Crato fugiu do reino, o que nada lhe valeu, pois que foi prêso por órdem do Papa e entregue aos hespanhóis, que o aferrolharam no castelo de S. Lucar de Barrameda, onde esteve bastante tempo.

A violência de um pontífice, foi reparada por outro pontífice.

O Papa, apurando que a prisão fôra arbitrária, mandou soltar o prêso.

Philippe III, querendo também ser magnânimo nomeou-o deputado da mesa de consciência e ordens, lugar que o cônego de Mafra recusou e ignorado e embaraçado viveu até 1640.

D. João IV, querendo recompensar-lhe o patriotismo, nomeou-o seu Esmoler-mor e fê-lo bispo, mas não chegou a gosar as honras da mitra.

OS BRASÕES DOS TÁVORAS

Os brasões dos Távoras genuínos são em campo de prata, cinco coticas de ondas de azul e prata, em Baixa Elmo de aço aberto e por timbre um golfinho.

As antigas armas desta família aludiam a batalha que deu D. Rausendo aos Mouros, derrotando-os nas margens do Rio Távora no ano de 1073.

Dêste longo histórico, acompanhado do respectivo comentário genealógico, no qual se conclui o valor moral e político de uma família, segundo sua longa atuação na vida social do país, chegamos a inconfundível conclusão de que muitos valôres humanos nascem exclusivamente para expiar, na sua longa ou curta tragédia da vida, os êrros, os crimes de sua própria raça.

Assim aconteceu com a família Távora, em Portugal, no século de mais irrefreável fanatismo político, cujos nome e tradição já teriam se transformado com o lento caminhar dos tempos, em verdadeiro patrimônio nacional.

Foi por essa altura, e por uma fatal surpresa, que a mesma chocara-se com os ventos da adversidade, que a arrastara, de par com a aliança da família da "Casa de Haveiros", a um regime inquisitorial, em cuja voragem não escapou um sequer dos Marqueses de Távora, e sumiram para sempre das Galerias dos Nobres Portuguêses, os troféus de sua nobreza, os brasões que lhes teriam sido conferidos pela sua origem fidalga a serviços prestados à Pátria com o pesado impôsto de sangue em diversas batalhas, que se feriram eternamente e em defesa dos interêsses nacionais.

E por cúmulo, ainda, foi proibido pelo DIP de Pombal, em Portugal e noutras regiões a ele pertencentes, o sobrenome de Távora por força de uma sentença de 13 de janeiro de 1759.

É que cada século que se escôa deixa registrados na história erros inesplicáveis, apodrecidos no sangue da tirania, invocada como razão de Estado.

N O T A:

Foi o famoso estadista demitido pela Rainha Maria I, após o falecimento de D. José I, em seguida, submetido a processo judicial, por cujas desídias, infrações e violências respondeu criminalmente.

Impopular, repudiado pela opinião pública, pelos exagêros cometidos teve, Sebastião de Carvalho Melo e Ataíde, de recorrer, depois de demitido pela Rainha Maria I, à Polícia Imperial, e por ela garantido, chegou, ao deixar o governo, atravessando as ruas

de Lisboa, triste e cabisbaixo a sua Quinta de Pombal, livrando-se milagrosamente, assim, de ser linchado por seus conterrâneos, que não mais o toleravam.

Já estando doente da morféia morreu quase desprezado, o famoso Ditador, na sua Tradicional Residencia.

CAPÍTULO III

TÁVORAS EM PERNAMBUCO

PELA RESTAURAÇÃO DE PERNAMBUCO OS TÁVORAS E CUNHAS, LUTARAM NA COLÔNIA

Se Recife foi fundada em 1535, já antes, porém, existira, com Duarte Coêlho à frente, a Feitoria, também conhecida por Capitania da Ilha de Tamaracá; nela existia um núcleo colonial, o primeiro que se estabelecia em plagas do Brasil, na América Portuguêsa naquele pedaço que se destacara do nosso Maciço Continental.

Foi aí que se fez de taipa a primeira Cabana ou Barraca donde partiram os primeiros grupos de vaqueiros e jesuítas que, com os seus modestos haveres, penetraram lentamente e povoaram o nosso solo, desbravando a selva, caminhando através de veredas, as primeiras que se abriram, e desbravando nelas as selvas em todas as direções.

Foi realmente alí onde se organizou o primeiro clã político-religioso que produziu a nossa intensa colonização, e, que acabou, afinal por repelir a mãe pátria, tornando-se terra e povo independente, através de revoluções constantes e combates sangrentos como veremos até a nossa celebrada independência de 1822.

Mas, não obstante, a ocupação portuguêsa com todos os seus aparatos cívicos em vários quadrantes da nossa terra, a França, a Inglaterra e a Holanda, esta após cento e um anos do descobrimento, ou antes, em 1624 a 1630, invadiu o Brasil, ocupando o ponto mais estratégico da Colônia, e o mais povoado do mesmo, donde teriam planejado com o seu poderio armado, a seu tempo, a trama de expulsão dos portuguêses, e o extermínio dos nativos, que foram logo varridos por eles do litoral desde a Bahia ao Maranhão.

Portugal, mediante a superior organização militar holandesa e com vistas mais crescidas para o extremo Oriente, enxergando, destarte, maiores riquezas naturais nas suas colônias asiáticas, por um triz, segundo querem alguns historiadores, com o que não concordamos, iria perdendo quase a metade do Brasil, por se prolongar a luta com o holandês durante vinte e quatro anos e se achar alquebrado com a campanha de sessenta anos contra a Espanha.

E isto para infortúnio nosso ia acontecendo, diz o historiador, no reinado de D. João IV, se o espírito público da Colônia, já, então, não estivesse bastante desenvolvido, concomitantemente com a reação dos nativos e a ação benéficas dos padres da Companhia de Jesus que ofereceram séria e eficiente resistência ao desfecho da desastrada política portuguêsa, segundo afirmam alguns cronistas, cujo rei recusou o plano, que consistia, como consta da nossa história colonial, em dividir o Brasil em três pedaços.

Foram, realmente, os mestiços, de par com a bem fazeja ação dos Jesuítas e frangalhos de forças portuguêsas e espanholas que em tempo se organizaram em exércitos de guerrilhas com os quais operaram eficientemente, de reação em reação, de período em período, contra os batavos invasores.

E nesse drama de guerrilhas sangrentas e nessa tragédia de nove anos de ferro e de fôgo para os colonos e nativos e nessa luta desigual e desumana, que perdurou por vinte e quatro anos, é que entra em cena o inigualável civismo do nosso homem mestiço que nasce e ocupa definitivamente, o nosso maciço continental; e entre eles que foram inúmeros, se destacara o Capitão do Exército Português nascido no Brasil, Estevão de Távora, companheiro inseparável de campanha, que foi de Francisco Rebêlo (o Rebelinho), os quais foram morrer juntos em um combate contra holandeses que se achavam bivacados na Ilha de Taparica no Estado da Bahia.

Segundo rezam os episódios da luta contra ocupação holandesa, Estevão de Távora lutou como um verdadeiro herói, em todas as frentes de combates, em que entrara, sempre ao lado de Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Luís Barbalho, Felipe Camarão, Henrique Dias, Assenso da Silva e outros, que à pés iam de Pernambuco à Bahia, Paraiba e Rio Grande do Norte.

E isto comandando seus contingentes, e de quando em quando travando luta renhida com o inimigo que o espreitava, emboscando-o em todas essas caminhadas, em que procuravam enfrentá-lo e destruí-lo.

Tendo o holandês se assenhoreado de não pequena parte do Brasil, da Bahia até o Maranhão em 1624, a 1630, até 1654 e, por essa época, achando-se Portugal ainda alquebrado da guerra com a Espanha, como se verifica na carta régia de João IV ao Conde de Vidigueira, seu ministro, datada de 18 de janeiro de 1646, páginas 262 a 265 volume III Anais Pernambucanos, a qual assim se expressa: Carta Del-rei D. João IV ao Conde de Vidigueira, sobre os negócios de Pernambuco "Eu El-Rei vos envio muito saudar com aquele que amo e passará tanto adiante as inquietações de Pernambuco, como dos avisos, cartas e papéis que se recebeu do

Brasil, entenderei se nos ter remetido por diferentes vias e mais por menor do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, que envio à Holanda informar assistir e ajudar a Francisco de Souza Coutinho, nos requerimentos que sobre esses particulares há de ter com os Estados; e concorre nesse religioso tantas partes se tantas notícias do Estado do Brasil, em que nasceu e se criou, e tanto amor e zelo de meu serviço, que tenho por certo dele, será muito bem, companheiro de Francisco de Souza; mas conforme aos avisos que tenho de Holanda e as notícias que me chegaram por outras vias, têm-se aqui por muito dificultoso quietar, os Estados e segurá-los que de minha parte nem pelo meus ministros se abriu coisa alguma enquebrantamente da trégua e como ainda com menor ocasião desejar muito dos Estados tomar motivo para a quebra será necessário ajuda de algum poder grande a conveniência que mando oferecer aos Estados e à Companhia na soma de dinheiro que sabeis para que alargando-se o que possui no Brasil, possamos celebrar uma paz perpétua, livres de desconfiança de uma e outra parte.

Com esse intuito mandarei Antônio Vieira fazer jornada por essa côrte".

Eis aí o conteúdo do célebre documento, da carta e dos comentários que seguem com os quais não é possível emprestar a eles a nossa obscura interpretação a um e outro ponto de vista acima expresso não só na carta como no comentário que segue firmado pelo historiador: Portugal depois de uma prolongada guerra com a Espanha, para manter a sua independência, estava enfraquecido, arruinado, e celebrando um armistício ou trégua com a Holanda, quer depois a paz, para mais segurança de sua renascida nacionalidade, que vinha sob o domínio da Espanha desde 1581, e assim abandonaria mesmo Pernambuco ao invasor, idéia assentada, ou resgasta-lo-ia por meio de uma indenização pecuniária depois, para conseguir os seus intentos políticos manter a independência do reino e assegurar a sua dinastia D. João IV alargou a esfera das concessões a Holanda em recompensa da almejada paz, concedendo todo o território que se estendia do Rio Grande do Norte à Sergipe, e mais uma indenização pecuniária de avultada quantia, porém os holandeses queriam mais: que a concessão territorial partisse do Ceará, inclusivamente e ainda as possessões africanas de Angola e São Tomé, abusando assim das críticas circunstâncias em que se viu Portugal e da tibieza do rei.

E em grande conselho convocado pelo rei, foi mesmo resolvido quase unânimemente, que Portugal submeter-se-ia às exigências da Holanda.

Houve porém, uma voz discordante a do procurador régio da fazenda, Pedro Fernandes Monteiro, que, em longo parecer que exibiu, impugnou as negociações e convenientemente descutindo a questão concluiu, antes a compra a todo custo de Pernambuco, e em último lugar, a guerra.

O padre Antônio Vieira, fervoroso adepto da cessão de Pernambuco aos holandeses e que tomando parte no referido conselho assim votou e impugnou depois aquele parecer do procurador da fazenda em um longo escrito, historicamente conhecido pela designação de Papel Forte, hoje vulgarizado, em cujo documento, como escreveu Oliveira Lima, acusou levantamento de Pernambuco de obedecer somente ao desejo dos moradores de não fazerem o muito que deviam aos holandeses: considera a monarquia desligada de quaisquer promessas, desde aquele momento, uma vez que os revoltosos ainda não haviam conseguido formal triunfo, rende preito servil ao direito da força, dizendo que as razões da justiça só servem para quando o que ficou leso se vê melhorado de fortuna; e por fim, mentindo a si próprio desfaz o valor do território em questão".

Foi exatamente naquele momento, em que tomavam vulto e impulso as demarches que interessavam o acordo implicativo que ensejava a cessão da faixa oferecida a Holanda, que era quase todo o Nordeste, que surgiu o rompimento das fôrças beligerantes em Pernambuco que de triunfo em triunfo, de vitória em vitória, nas batalhas campais de Tabocas, Guararapes e Casa Forte, com tomadas de praças e fortalezas, colocaria as fôrças holandesas em tal situação que estas, ladeadas, sitiadas em um círculo de ferro tiveram ímpeto de capitular, como bem acentua notável historiador.

Daí por diante nenhum outro maior impecilho se antepõe aos combates sempre crescentes, quiça triunfantes até o esmagamento completo com a rendição holandêsa na Campina da Taborda.

Se desde o início da guerra os países latinos estavam com Portugal na defesa de Pernambuco, como se verifica das esquadras que vieram em socorro dos revoltosos, como a espanhola e a portuguêsa e mais gente armada da Itália, bafejadas ainda pela França, como então acreditar, como por crença na solução desastrosa, como quer o historiador decorrente daquêle consêlho convocado por D. João IV e as impugnações de Vieira ao parecer de Pedro Fernandes Monteiro, contrariando, êste, o ponto de vista do Rei e de Vieira?

Se hoje em plena civilização e educação do século XX um procurador de fazenda não é capaz de fazer tal, avalie um procurador daquêles tempos contrariando a política de um coroado, e mais do

que isto, em choque com o maior rei da palavra de todos os tempos, se assim me posso expressar.

Não obstante as demarches realizadas, expedidas no conteúdo do clássico e célebre documento, com suas consequentes críticas, nenhuma delas nos convence, nenhuma só mesmo delas traz a exata interpretação daquêle momento, em virtude do qual surgiu a atitude que Vieira e D. João IV mantiveram naquele instante da vida pública de Portugal.

O que se nos afigura, e esta é que é a verdade, é que, em face da situação melindrosa por que passava então a velha pátria de Gil Vicente, ambos tiveram de agir com muita cautela, afim de que desse tempo ao tempo para que, nesse plano silencioso da política de Espanha e Portugal, os guerrilheiros pernambucanos se aparelhassem melhormente para então lavarem de roldão como aconteceu, aos imprudentes invasores.

Não vale ainda o pretexto de a Espanha e Portugal estarem precedentemente em luta.

Não é plausível, e mesmo incabível, a razão de ordem política, de Portugal ter estado realmente ou ainda estar sob o domínio da Espanha porque, nem êste nem aquêle, desejaria o domínio holandês na América do Sul.

Não vale ainda, por outro lado, o argumento de que Portugal estivesse fraco, como vislumbramos, ou com suas fôrças militares deficientes para se precaver contra Espanha naquêle momento, e defender com unhas e dentes suas colônias do Oriente Médio e na Ásia.

É, para nós, de todo inverossímil a crítica, em que se procura diminuir o patriotismo de D. João IV, no que concerne ao abandono da colônia, portanto, no crime de lesa Pátria para por êsse meio, assegurar, melhormente, seus direitos, sôbre a corôa de Portugal; e isso porque êle mesmo, dentro daquêle grave e longo período de opressão, que vinha dêsde 1581, e que dêle acabara de sair, daquêle período de ferro e de fôgo, pois assim sua pátria simultâneamente com o rei da Espanha, nunca deixaram de expedir, durante a guerra, cartas régias, fornecendo garantias absolutas aos colonos que estavam em luta aberta com os invasores.

Como veremos entre algumas dessas medidas, que para nós foi esta a maior de tôdas, que vem em confirmar o nosso ponto de vista, se concretiza êste com a nomeação do general Francisco Barreto, não obstante ser filho de pai Português que era vice-rei do Peru e tinha seu nome, nasceu no Peru na cidade de Calau, e cuja mãe seria de origem espanhola e tratava-se de uma distinta dama; para dirigir os revolucionários, os combates travados em Pernambuco

e de cuja ação conjunta foram batidos e expulsos os holandêses donde decorreu a restauração definitiva daquela circunscrição em 1654.

E para tanto estava a Espanha de mãos dadas com Portugal, pois Francisco Barrêto foi nomeado, como já acentuamos, para colaborar com os guerrilheiros na rendição pernambucana, trazendo fôrças de Portugal e da Espanha.

Ora, Barrêto partiu de Portugal com contingentes militares, portuguêses, espanhóis e italianos e dentro de pouco tempo surgia a reação armada que de etapa em etapa tornou-se vitorioso o patriótico movimento com os últimos combates de Taboca e Guararapes.

.. O mesmo acontece com Vidal e Negreiros que estêve em Portugal naquêle longo período de guerra e quando de lá regressou foi se entender com o governador da capitania da Bahia tornando-se daí cada vez mais intenso, o movimento revolucionário de Pernambuco.

Por outro lado, não é crível que Vieira, tendo nascido e se criado no Brasil como atenta o documento citado, mesmo algemado e espaldeirado como foi, pelos colonos portuguêses, no Maranhão e levado para Portugal amarrado, fôsse contrário aos direitos de Portugal colocando-se, embora combatendo, criticando um parecer, num momento tão humilhante para a Pátria dos seus progenitores.

Percebemos, que por mais progressista que fôsse o espírito avantajado do Padre Antônio Vieira, que via realmente no invasor holandês algum traço de progresso em Pernambuco, êle não seria capaz de trocar, por mais vultoso que fosse o progresso de Pernambuco, pelos flamengos, a bandeira clássica e cristã de Portugal, pelo estandarte verde-amarelo dos calvinistas da Holanda.

Vieira pertencia a Companhia de Jesus, e em nada se justifica, mesmo que o conde de Nassau houvesse, permitido liberdade religiosa em Recife, que êle não impugnasse um dógma trazido a fôrça bruta, para a América, por uma corrente religiosa contrária aos dógmas integrais do cristianismo.

O padre era realmente um espírito adiantado e combativo, e seu cérebro vivia em eterna efervescência, agia e falava espargindo centelhas de gênio por tôda a parte, mas a mentalidade católica e política de seu tempo vedavam-lhe êsse passe temeroso, em que nada podia justificar êrro tão grave decorrente do seu espírito elevado e cristão.

Vieira era uma figura iluminada, um dos mais ilustres e combativos rebentos da Companhia de Jesus, isso ficou demonstrado na luta que travara em prol da liberdade dos indios e em tudo

mais que enfrentou na sua tribulada vida tribunícia, não se constando que tenha apostatado da sua religião e igreja, o que vem de ressaltar, com certa veracidade, daquêle célebre documento, exposto a nossa análise, é que nêle, tanto Vieira como D. João IV, estavam de inteiro acôrdo com a restauração de Pernambuco.

E a carta ao Conde de Vidigueira, ministro de D. João IV, dirigida a êle pelo rei para que Vieira fôsse chamado a ser ouvido sobre aquelas demarches na solução do acordo com a Holanda, visando entregar um pedaço do Brasil aquela nação no caso-cessão de uma faixa de Sergipe ao Rio Grande do Norte, inclusive o Ceará, não passou de uma epístola preparada, por instrução de Vieira, embora que êste precedentemente escrevesse algo, ou se entendesse com Vidal de Negreiros, no Maranhão, Pernambuco, ou mesmo na Europa, onde Vidal estivera, antes de ser ouvido, mas que dele era bem conhecido o assunto que seria discutido por um conselho possivelmente, também, instruído pelo oficialismo político do momento.

Vieira não desejaria assinar um tratado, ou nêle colaborar, certo de que estaria a apunhalar, pelas costas, os seus antepassados.

Depois de comprovada, de bem elucidada a estada de Vidal na Europa, embora muito anterior ao último movimento revolucionário, o que regressou ao Brasil igualmente com Barrêto com elemento armado, um e outro em períodos diferentes, daí verificam-se os levantes que vinham se sucedendo em Pernambuco, já agora, não seria possível por em dúvida que fôsse mera coincidência, isto é, que o plano traçado pelos políticos de Portugal, naquela fase de reação diplomática, da qual resultou o triunfo do plano criado pela diplomacia, que discutiu com superior inteligência política, a solução do intrincado problema da decantada cessão daquêle pedaço do Brasil, a uma nação de raça, língua, tradição, religião e costumes diferentes da raça latina.

Por outro lado, viera de Portugal, servindo como revolucionário da armada para expulsar os holandêses da Bahia e franceses do Rio de Janeiro em 1624 o escritor e historiador português Álvaro Pires de Távora que por isso teve o título de vice-rei da India, o qual colaborou intensamente com os revolucionários pernambucanos na expulsão dos flamengos.

Próximo a estes acontecimentos, em 1713 governou o Rio de Janeiro Francisco Xavier de Távora, que serviu na guerra da sucessão da Espanha e foi mestre de campo e General.

Xavier mandou fortificar a cidade e construir o forte de Lage.

O General Francisco Barrêto, já tantas vêzes citado, era casado com Margarida Juliana de Távora, de cujo leito surgiu uma

numerosa prole, e consta que ela foi o braço forte como inspiradora das vitórias sucessivas que teve o seu marido nos periodicos combates, nos entreveros com os inimigos, em Pernambuco.

D. Lourenço de Távora funda no centro de Minas Gerais, na Chapada de uma Serra, ainda próximo àqueles tempos, o ginásio do Caraça, talvez por volta do início de 1800, o qual prestou benefícios incalculáveis, sob todos os pontos de vista, aos filhos da terra de Rui Barbosa, ao Brasil.

Ali foram muitos os homens que muito aprenderam e serviram por prolongado espaço de tempo à nossa pátria com dedicação, civismo e distinção.

Viera também de Portugal, em missão oficial, o governador de Pernambuco, Bernardino Tavares de Távora, mais ou menos na mesma época.

Bernardino pertencia a nobreza portuguêsa e era parente consanguíneo dos Marqueses de Távora — Leonor e Francisco de Assis Távora que eram casados, e êste foi vice-rei da India Portuguêsa com a patente de General de cavalaria findando a sua carreira política ao ser assassinado com sua espôsa Leonor e muitos outros membros da família Távora, no reinado de D. José I, a mandado do Marquês de Pombal, seu primeiro ministro.

Assim expostos os bons serviços prestados pelos Távoras naquele longínquo período da vida colonial, bem como as demais operações militares das quais fizeram parte, desde a expulsão dos inglêses e francêses das margens do Rio Amazonas e do Rio de Janeiro, os holandêses do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Paraiba e Rio Grande do Norte, sente-se que os filhos da colônia em atos objetivos e contínuos não mais neles deixaram se interromper a idéia de conquistar definitivamente a sua libertação como se constata na série de pronunciamentos, levantes e revoluções, embora frustrados, mas objetivados mais tarde como as que se seguem em novas reações: — em 1710, proclamação da nossa emancipação política sob a forma republicana ad-instar de Veneza; 1800 a conspiração de Suassunas com os intuitos da proclamação de uma República à proteção de Napoleão Bonaparte; 1817 a proclamação dos Estados Republicanos livres, federativos, 1821, a convenção de Beberibe, que firmou a vitoriosa revolução pernambucana que expeliu o sanhudo governador português Luis do Rêgo Barros e as tropas lusitanas e instaurou uma junta de govêrno provisório, composta de brasileiros e da qual foi presidente o patriota Gervásio Pires Ferreira; ficando assim a província livre dos laços que a prendiam a Portugual; 1824, enfim, a República Separatista da Confederação do Equador, cujo pacto político

formavam as províncias do Norte, mediante um plano convenientemente traçado.

Enfim, parece sem prioridade a celebrada aclamação do Rei Amador Bueno da Ribeira, em 1641 em São Paulo; no Maranhão emprestando intuitos políticos à rebelião de Bekiman em 1684; Minas, com seu levante de 1720 contra as imposições do fisco sôbre a mineração do ouro.

Finalmente, a celebrada Inconfidência Mineira que não passou de uma comédia como disse, afirmando no seu depoimento, o Dr. Cláudio Manoel da Costa."

Dentre os Chefes que fizeram parte da Convenção de Beberibe aparece Joaquim Domingos da Cunha que fêz parte laquela convenção, tendo sido um dos poucos revolucionários de gênio de seu tempo.

TÁVORAS E CUNHAS NO CEARÁ

CAPÍTULO IV

Távoras e Cunhas, desde o início do século XVIII, vieram lutando pela defesa da Colônia e povoamento do sólo nordestino.

Este fato se constata no conteúdo de várias sesmarias constantes dêste capítulo, bem assim de propriedades daquêles antepassados do autor desta monografia, no município de Jaguaribe, bem como fora do mesmo.

Assim acontecendo, foram eles, realmente, senhores e legítimos possuidores de muitas glebas de terra, no médio Jaguaribe.

Destarte muitos membros da família Távora, e outros tantos da família Cunha, já caldeada com Távoras, Barrêtos, Pais Botão e Alves Meireles, ali se estabeleceram, fixando-se definitivamente ao escaldante clima nordestino.

O primeiro que ali possuiu, como se transfundindo no próprio clima americano, e se assenhoreando juridicamente da terra, da primeira gleba naquela região, dentre os membros da família Távora, oriundo de Pernambuco, foi Manoel Peixoto da Silva Távora, em 1723, ou antes mesmo, como se verifica, Sargento Mór, vindo do baixo Jaguaribe, onde se estabelecera originàriamente, em 1706, sôbre uma sesmaria de três léguas de terra no Riacho Araribu, hoje Riacho da Russa, casado com Genoveva da Assunção, a qual viera do Rio São Francisco, não sabendo-se, ao certo, se do lado baiano ou pernambucano, o qual possuira as fazendas Curralinho e Ajuntador dentro de uma área de três léguas, no recesso das quais ainda, a fazenda denominada Ôlho de Água.

Esta, no Distrito de Santa Rosa e aquelas no município de Jaguaribe.

O segundo foi Manoel da Cunha Souto Major e sua mulher Rosa Maria de Jesus, que se localizaram no lugar Xique-Xique, na margem esquerda do Jaguaribe, que fica acima da cidade de Mapuá, antiga Boa Vista, mais ou menos dois quilômetros, no antigo sítio Boa Vista, hoje loteado em Caranguêjo dos Bezerras, Varzinha, Riacho Fei, Riacho dos Grossos, e Várzea Comprida.

O terceiro foi Inácio Alves de Paz Meireles, casado com Ana Luzia da Cunha Távora, que se estabeleceram como proprietários na margem direita do Jaguaribe, em um vasto trato de terra, no lugar Caranguêjo, que se estende do Sítio Mapuá ao Sítio Trapiá.

Destas três famílias provieram muitos filhos, que acabaram por povoar quase tôda região Jaguaribana; e ocupando os mesmos, fora dela, vários outros trechos de municípios vizinhos e outros.

Isto pôsto, se verifica que a família de Peixoto ficou dominando primitivamente, Curralinho, Ajuntador, Ôlho de Água, Riacho dos Môços, também conhecido por Riacho da Môça.

Depois foram se alargando para os fundos da terra, e no cruzamento de Cunhas de Xique-Xique, ocuparam, em parte, o Riacho da Cobra em quase tôdas as suas águas, derivando daí as seguintes fazendas: Cobra (a primitiva), Pôço Verde, Regalo, no Riacho do mesmo nome, Gurgueia, Jatobá, Timbaúba, Maria das Neves, Fechado, Mutambeira, Canto Alegre, Unha Quebrada e Saco, hoje Boa Fé.

Terceiros — Inácio Alves da Paz Meireles e Ana Luzia da Cunha Távora, ocuparam as terras do Sítio Caranguêjo, à margem direito do Jaguaribe, lado sul.

Dêste casal despontou numerosa prole que, paulatinamente, foi ocupando a fazenda Caranguêjo, a qual foi desmembrada em Jurema, Extrema, Agrestes, Gonçalo Alves, Mapuá, Boa Altura (antiga Várzea Grande), Tranqueira, Estreito, Embargo, Sussuarana, Sítio Jatobazinho e Viração.

Pertenceram ainda, por sucessão hereditária, às nossas famílias, os sítios: Campos, Fortuna, Cruz, Monte Formoso, Aroeiras, Santo Antonio dos Pobres, Benfica, Tocaia, Capricho, Aningas, Silva, Feiticeiro, Consolo, Riacho dos Bois, Massapê, Pedra Branca, Quino-Quina, Carnaúba, Bonito, Nova Fortuna, Joá, Nôvo Destino, Aracaju, Vai Quem Quer, Vai Quem Pode, Luziânia, Recanto, Pão de Açúcar, Jureminha, Maracajá, Encanto, Cágado e Caroatá, etc.

Dentre as propriedades pertencentes aos velhos troncos, ficam fora do município de Jaguaribe: Ôlho de Água, Boqueirão dos

Cunhas, hoje no municipio de Jaguaribara, Capricho, no municipio de Jaguaretama (antigo Frade), Riacho da Porta, Serrote Branco, Pimenta, no municipio de Quixeramobim, e Tocaias no município de Solonópolis (antiga Cachoera), como vemos da discriminação feita pelas antigas propriedades, concluí-se, em face das datas que seguem, que os Távoras, Cunhas, Barrêtos e outros da mesma família desprenderam grandes esforços na luta pela grandeza da Pátria; e de tudo que fizeram, com esmero e distinção, viram coroados seus esforços ao romper de uma nova aurora de grandes progressos material, espiritual, e liberdade política para todos que por ela se esforçaram, e continuam em sucessivas gerações, a defendê-la no caminho das verdadeiras realidades nacionais que são a trilha, a rota do direito consolidado pelas nossas tradições sociais, políticas e religiosas.

Foram os Távoras, Alves, Correias Lima, Negreiros, Cunhas, Barrêtos e Pais Botão células participantes de feitos heroicos que edificaram a nacionalidade, desde priscas eras, que nelas souberam se impôr através de séculos, desde as eras da idade rústica, da noite escura da existência colonial.

Assim se impuseram os Távoras, os Alves, os Cunhas, os Correias Lima, Negreiros, Barrêtos e Pais Botão; assim vêm se impondo até os dias atuais.

Eis as datas requeridas no sul e norte do Estado a êles pertencentes, as quais se acham em órdem de requerimento, como se vê da numeração: 1706, 1723, 1736, 1737, 1737, 1734, 1735, 1735, 1735, 1735, 1738, 1743, sendo a primeira a de meu quarto avô, Manoel Peixoto da Silva Távora, que vai na íntegra sob o número 95.

N.º 95

> "Registro da data e sesmaria do Sargento Mór Manoel Peixoto da Silva Távora, de uma sorte de terra de três léguas no Rio Jaguaribe, concedida pelo Capitão Mór Manoel Francêz, em outubro de 1723, das páginas 67/68, do livro n.º 11."

Registro de data e Sesmaria do Sargento Mór Manoel Peixoto da Silva Távora.

Manoel Francês, Capitão Mayor da Capitania do Ciará Grande, a cujo cargo está o govêrno della por sua Magestade que Deos guarde etc. Fasso saber aos que esta minha carta de data, e sesmaria, virem, que a mim me Representou a dizer em sua petição por escrito o Sargento Mór, Manoel Peixoto da Silva Távora; cujo theor há o seguinte: Dia o Sargento Mór Manoel Peixoto da Silva Távora, morador nesta Capitania, que elle Suplicante tem seus ga-

dos vacuns, como Cavalares, e não tem terras bastantes donde os posa acomodar, e de presente descubrio dois sítios, a saber num olho de agoa ou hum serrote, fronteiro ao Rio Jaguaribe que confronta com o sítio de Santa Izabel, por outro nome o Curralinho, pa. a parte do sul do dito Rio Jaguaribe, o qual olho de agoa desse pello dito Serrote a baixo, e faz riacho que passa pella Vargea Grande, terra delle suplicante e desagoa em Jaguaribe, e outro olho de agoa em hum morro que fica fronteiro ao Sítio de Santa Roza, na mesma Ribeira de Jaguaribe para a parte do sul, o qual morro por outros circunvizinhos lhe chamão os morros, as quais paragens por ficar fronteiras as terras do Suplicante em ambos os sitios nomeados lhe podem servir para Logradouros dos seus gados e não convir ao Suplicante que aly se entremetam outras pessoas pello prejuizo que lhe Rezulta, e ser estas povoasoens que o Suplicante quer fazer em muito aumento da fazenda e dizimos Reais de Sua Magestade que Deos guarde por tanto; Pede a Vossa merce seja servido concederlhe em nome de sua Magestade que Deos guarde por data e Sismaria, tres legoas de terra de comprido, e uma de largo, meya para cada banda, a saber no olho de agoa do Serrote que confronta com o sítio de Santa Izabel, húa légua de comprido, e meya de largo para cada banda, pegando a demarcaçam do dito Serrote em sima, no dito olho de agoa de Sorte que dentro da demarcaçam se comprehendam, todas as agoas sircunvizinhas ao dito olho de Agoa, e Continuando a dita demarcaçam pello Riacho que delle desse a dita vargea grande para a parte do Rio de Jaguaribe donde dezagoa, e no outro olho de agoa que fica em cima do morro fronteiro ao Sítio de Santa Rosa, duas léguas de comprido, e húa de largo, meya para cada banda; pegando a demarcaçam no dito olho de ágoa, e Continuando pella ilharga da data que o Suplicante tem das sobras do Sítio de Santa Roza pello Rio de Jaguaribe a sima, e a largura onde alcansar para a parte do dito Rio e para a parte contrária para elle Suplicante e seus erdeiros asendentes, e dessendentes, e Recebera merce || Despacho || Informe e escrivão das datas: Fortaleza sete de outubro de mil e setesentos e vinte e tres annos || Rubrica || Informação; Senhor Capitam Mayor, como as terras que o Suplicante pede Reprezenta as descubrio, e consta não estarem dadas a outrem, vossa merce lhe deve deferir; Fortaleza, sete de outubro de mil e setesentos e vinte e tres annos || Simão Gonçalves de Souza, Despacho; Vista a informação se lhe passe carta de data e Sismaria, das terras que pede, em nome de sua Magestade não prejudicando a tersseiros, Fortaleza, sete de outubro de mil e setesentos e vinte e três annos || Rubrica || o qu visto por mim seu requerimento; Hey por bem conceder como pella prezente o faso em nome de sua Magestade as tres legoas de terra, como o Su-

plicante pede e confronta em sua petiçam não prejudicando a tersseiro, para elle e seus erdeiros, asendentes e dessendentes com tôdas as suas agoas, campos, mattos, testadas, Logradouros, que nella ouverem, das quais pagaram dizimos a Deos dos que nellas ouver, guardando em tudo as ordens de sua Magestade e por ellas daram Caminhos Livres ao Conselho, para fontes, pontes, e pedreiras; Pello que ordeno a todos os ofeciais, e ministros da fazenda e justissa, a quem esta minha carta de data, e sismaria deva, e haja de pertençer, lhe dem posse Real efectiva, e actual na forma custumada, e por firmeza de tudo lhe mandey passar a presente por mim asignada, e sellada com o signete de minhas armas que se guardará, e Cumprirá, tam pontual, e inteiramente como nella se contem, sem dúvida, embargo, ou contradiçam algua, e se Rezistara nos Livros das datas deste governo, e nos mais a que tocar; Dada nesta Fortaleza de Nossa Senhora. da Assunção aos sete dias do mês de outubro de mil setessentos e vinte e tres annos || e eu || Simão Gonçalves de Souza escrivão das datas a Rezistey || estava o sello ||

Manoel Francês ||

(Assignado)

Simão Gls. de souza"

DATAS DE SESMARIAS

(ESTADO DO CEARÁ)

N.º 11.º volume: à página 150

N.º 95

Registro da data e sesmaria do Sargento Mór Manoel Peixoto da Silva Távora, de uma sorte de terra de três légoas no Rio Jaguaribe, concedida pelo Capitão Mór Manoel Francês, em 7 de outubro de 1723, das páginas 67 v a 68 do livro n.º 10 das Sesmarias.

Na página 40 do 13.º Volume:

N.º 21

Registro da data e sesmaria do Cel. Ignácio Pereira de Mattos e de seu filho Ignacio Pereira Cabral de Távora, de uma sorte de três légoas de terras, nas ilhargas do Sitio dos Horós, con-

cedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jurdão, em 24 de janeiro de 1736, das páginas 21v a 22v do Livro número 12 das Sesmarias.

Na página 133 do 13.º Volume:

N.º 66

Registro da data e sesmaria de Leão de Amorim Távora, de uma sorte de terra de três légoas, no Rio do Curu, pegando de um pôço chamado Coronoty, concedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jordão, em 2 de janeiro de 1737 das páginas 60 a 67v do Livro n.º 12 das Sesmarias.

Na página 201 do 13.º Volume:

N.º 98

Registro da data de sesmaria do Padre José Moreira de Souza e João de Amorim Távora, de uma sorte de terra de três légoas, no Rio do Curu, concedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jordão, em 20 de dezembro de 1737, das páginas 90v a 91 do livro n.º 12 das Sesmarias.

Na página 70 do 3.º Volume:

N.º 165

Data e sesmaria de Gonçalo de Matos Távora e José da Silva do Lago e Jorge da Silva, duas légoas de terra no Rio Marahituba, hoje Pajehú, concedida pelo Capitão Mór Gabriel da Silva do Lago, em 28 de setembro de 1706, às fôlhas 61 a 62 do Livro 3 das Sesmarias.

Na página 117 do 12.º Volume:

N.º 79

Registro de data e sesmaria do Capitão Matias de Lima Távora, de uma sorte de três legoas nas ilhargas do sítio São Vicente, concedida pelo Capitão Mór Leonel de Abreu de Lima, em 4 de fevereiro de 1734, das páginas 59v a 60 do Livro número 11 das Sesmarias.

Na página 213 do 12.º Volume:

N.º 139

Registro de data e sesmaria de José Carlos Cunha Távora, de uma sorte de terra de três légoas, nas testadas de Domingos Ferreira Chaves, concedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jurdão, em 11 de julho de 1735, das páginas 105v a 106v do Livro número 11 das Sesmarias.

Na página 214 do 12.º Volume:

N.º 140

Registro de data e sesmaria de Joseph Carlos Cunha e Távora, de uma sorte de terra de três légoas, na Picada da Serra dos Côcos, concedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jurdão em 11 de julho de 1735 das páginas 106v a 107 do Livro número 11 das Sesmarias.

Ná página 222 do 12.º Volume:

N.º 145

Registro da data e sesmaria de José Carlos Cunha e Távora, de uma sorte de terra de três légoas, em o Sítio do Feiticeiro, concedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jurdão, em 17 de julho de 1735, das páginas 109v a 110v do Livro número 11 das Sesmarias.

Na página 36 do 14.º Volume:

N. 121

Registro da data e sesmaria de Manoel Leite de Távora de uma sorte de terra de duas légoas e meia no sítio da Saucóca, Ribeira de Acarahu, concedida pelo Capitão Mór Domingos Simões Jurdão, em 18 de novembro de 1738, das páginas 106 a 106v do Livro n.º 12 das Sesmarias.

Na página 149 do 14.º Volume:

N.º 176

Registro da data e sesmaria do Ajudante Leão de Amorim Távora de uma sorte de terra de três légoas, no Riacho Inhae-

massú, concedida pelo Capitão Mór João de Teyve Barreto e Menezes, em 10 de outubro de 1743, das páginas 146 a 146v do Livro número 12 das Sesmarias.

MANOEL MADEIRA E PEIXOTÃO DE TÁVORA

Episódio Lendário

Até aqui vimos focalizando a ação da família Távora com documentos e episódios positivos no que concerne ao seu desenvolvimento, na defesa integral, no interêsse comum existente ao tempo da Colônia, como se verifica da matéria acima exposta.

E por que tenha coincidido, ainda, a atividade dos Távoras naquele mesmo período de povoamento, com algumas lendas, que aliás nos parecem verdadeiras, com relação a pessoas, coisas e membros daquela mesma família, as quais tomaram vulto não só na tradição oral como, algumas delas, foram trasladadas, como se acham, para as páginas de nossa história genealógica, como soi ser a de Manoel Madeira de Mattos, português que se dizia pertencer a mencionada família, cuja lenda foi transcrita por D. José Tupinambá da Frota na sua História de Sobral, à página 76 com remissão a Manoel Ximenes de Aragão.

Esse português se dizia pertencer à nobreza lusitana, e dava a entender, de quando em quando, que era parente consanguíneo dos marqueses de Távora, Leonor e Francisco de Assis Távora, toda vez que aludiam ao martírio dos mesmos.

Se, realmente, Madeira descendia dos Távoras, foi, assim, outro grande e bom elemento, que concorreu para o povoamento do Norte do Ceará especialmente no que diz respeito ao povoamento das margens do Acaraú e consequente à fundação da cidade de Sobral, uma vez que deixou, vinculada àquelas regiões da "Princesa do Norte", uma respeitável e vultosa prole.

Não só a descendência de Madeira, como ainda de outros Távoras que por alí se localizaram segundo consta do conteúdo de algumas das datas citadas, requeridas no Acaraú e Curu, deixaram alí suas raízes genealógicas.

E, para argumentar, se os Saboias vêm da Casa Real Italiana, da Casa de Sabóia, como já ouvi de um membro dessa família, não é de admirar que tenha, em consanguinidade, alguma fusão com os Távoras, uma vez que os membros descendem, ou pelo menos parece-me descender, daquela casa, da qual um dos seus membros, formou a Dinastia das Astúrias.

Havendo dúvida, de qual das duas Casas provém os Távoras, se da dos condes de Borgonha ou da de Sabóia, aqui me inclino

para a Casa Real Italiana devido o nome por que ficou conhecida a família Távora na Espanha e Portugal, tendo mesmo esta o sobrenome consagrado na corografia Portuguêsa em um rio chamado Távora.

Outra circunstância e esta mais autêntica, mais convincente é a que revela ter-se ido para a India parte da Família Távora, após o massacre praticado na mesma pelo ditador português conhecido pelo conde de Oeiras, que não é senão o Marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I.

A palavra Távora parece-nos realmente, ser de origem italiana, o que me leva a concluir que aquela família descende do fidalgo italiano que fez parte integrante da Casa Real das Astúrias e não do Francês descendente da Casa dos condes de Borgonha.

A LENDA PEIXOTÃO DE TÁVORA

Ainda com o raciocínio posto a serviço da nossa história genealógica, nos idos de mil setecentos e poucos, cuja evolução social ainda se estribava na ingênua e nevoenta tradição oral, recebi de meus pais, já por seus antepassados, a história lendária daquele parente que se tornou célebre no meu sertão, adquirindo laurea de doutor em força, em virtude de uma força herculea que possuia.

E foram tantas tamanhas as façanhas no domínio do atletismo físico que indivíduos de longes paragens vinham se medir com ele, ou pelo menos experimentá-lo se era realmente portador de muita força.

A esses, ele nunca deixou de topar em duras paradas, desbancando um a um de quantos o vieram provocar.

Peixoto residia no lugar Riacho dos Moços, também conhecido por Riacho da Moça, em terras que herdou de seus progenitores, na margem do Rio Jaguaribe.

Assevera a tradição que em frente e bem próximo ao telhado do prédio da fazenda, existia um frondoso juazeiro de haste bastante maciça.

Em meio a árvore pendia um galho bastante robusto, onde Peixoto costumava, diariamente, erguer o corpo, fazendo o seu cotidiano exercício de cultura física.

Como a fama da rara e orgulhosa força de Peixoto já se estivesse irradiado pelos Estados vizinhos, um dia viera ter à sua residência um indivíduo da Paraiba que se dizia portador, também, de grande e alentada força, como em seguida o demonstrara.

Ao se aproximar da sombra daquele juazeiro, sem, porém, se fazer sentir que alí havia chegado, e, laçando com um dos braços

o sólido galho da ditosa árvore, suspendeu, prendendo com as pernas o robusto animal que montava, só quando então gritou "ou de casa", dando assim sinal que ali se achava, em atitude provocativa, em atrevido desafio à tradicional força de Peixotão.

Em breve surge de dentro da casa pessoa da família que, surpreendida com o provocante espetáculo, vendo o cavalo suspenso do chão, corre a Peixotão e avisa que está sendo provocado por pessoa desconhecida, que o desafia na sua força.

Entrementes, Peixoto aparece na porta, sendo cumprimentado por seu adversário, que logo lhe pediu informação de alguns caminhos que seguiam em frente, rumo a algumas fazendas situadas nas ilhargas do Rio Jaguaribe.

Ao lado do telhado da casa, algumas carnaúbas deitadas no chão, como esperando a serem erguidas, muito a propósito, em debate ao desafio que continuava, pelo provocador, com o cavalo erguido, em franco acinte a façanha orgulhosa e tradicional que se dizia da força de Peixotão.

Entrementes, Peixoto se curva e pegando de uma das carnaúbas e erguendo-a do chão, como se estivesse com um simples cipó à mão, então começa a indicar todos os caminhos, veredas e erradas que naquelas paragens existiam; e assim agindo com lentidão, somente deixando que a carnaúba, arriasse da mão quando o ânimal do provocador sentou seus cascos no chão.

Esta foi uma das célebres façanhas praticadas por Peixotão, ainda hoje relembrada por nossos sertanejos.

AS TREMPES

Entre outras, que ainda hoje correm na memória dos tempos, é a de que Peixoto indo ao Crato carrear víveres em comboios, para sua subsistência e de seus familiares, em uma travessia, no lugar denominado Batalha nas margens do rio Salgado, onde costumava descansar a burrada, alí, naquela região, não existiam pedras para engendrar, provisoriamente, trempes para cozinhar a boia.

Peixoto vai ao longe em grande distância, pois perto não existiam seixos que se prestassem para aquele efeito, e traz três pedras, uma na cabeça, uma num braço e outra no outro, com as quais arquitetou a trempe, cujas pedras permanecem ali há três séculos.

Essas pedras "eram tão pequenas" e "tão leves" que nunca mais houve outro homem, ou mais de um, que as deslocassem do lugar onde foram colocadas.

Isto parece incrível, mas é uma verdade.

O RAPÔSINHO

Antes de 1723 viera ter à margem esquerda do Rio Jaguaribe, no município do mesmo nome, um grupo de frades, que diz a tradição ser de origem holandêsa, e alí fundaram um clã religioso, e uma fazenda, sob a invocação de Boa Vista, atualmente Mapuá, no cimo de um monte onde iniciaram um prédio de pedra e cal, que não chegou a ser concluido e que só poderia ser uma igreja ou um convento.

Naquele lugar permaneceram por muitos anos, tendo evoluído bastante seus haveres materiais.

Até alguns de nossos escritores contemporâneos, que por lá andaram, chegaram mesmo a inventar que a tal igreja ou convento iniciado, seria o começo de uma fortaleza o que não passa de uma invencionice ou errônea interpretação.

Conhecemos, "in locum" desde criança, tal construção e podemos afirmar que, por sua infra-estrutura, nas suas respectivas divisões ou compartimentos internos com todas as paredes levantadas; paredes internas, e de suas quatro largas portas de frente, se deduz, perfeitamente que o prédio se destinava a uma igreja ou convento, nunca porém a uma fortaleza como se expressou aereamente, um de nossos escritores que lá estivera em visita.

Reafirmando o que disse acima, inclino-me a pensar que os frades, em alusão, eram de origem holandêsa e não portuguêsa, visto que ali deixaram família que ocupou grande parte do sopé da Serra do Pereiro, cujo clã familiar tornou-se patriarcal não se cruzando, senão nestes últimos anos, com outras famílias da região.

Seus membros são louros, de olhos azuis, chegando mesmo a serem chamados de marinheiros e melados do pé da Serra.

Gente boa e morigerada, agricultores e criadores, mas nunca deixaram de manter o preconceito de raça, a ponto de já se estar inutilizando por só nascerem anões na família.

Como o fenômeno dêsse clã religioso tenha surgido no médio Jaguaribe, muitos querem crer que aquêles frades, se afastaram do litoral, vindos de Pernambuco, acossados pelas alas dos guerrilheiros pernambucanos, ao tempo da luta contra os holandêses.

Certo é que situaram aquela faixa do município de Jaguaribe e viviam do criatório e da agricultura.

Seus gados penetravam bastante às ilhargas do Jaguaribe, acontecendo que iam em distância de mais de duas léguas, nos fundos dos pastos.

Por outro lado, acontece que, por dois ou três anos, a vaca-

ria da fazenda Boa Vista não mais seria recolhida aos currais, devido a ação belicosa de um novilho selvagem, que ficou conhecido por Raposinho o qual furioso se revoltava e enfrentava a vaqueirama da fradaria e que ficaria sem leite por ver seus heróicos vaqueiros destroçados pelo Rapôzinho, no transcurso de dois ou três anos.

Sabendo Peixoto do prejuizo que os frades vinham sofrendo, em virtude dos distúrbios provocados pelo novilho orelhudo, pelo touro barbatão, mandou se oferecer aos frades para "beneficiar" o animal selvagem.

Acertaram o dia.

Os frades que possuiam carneiros cevados, abateram diversos, pois Peixotão comia bastante e ia em companhia de alguns escravos, e de taxo ao fôgo trataram de preparar o almoço de Peixotão, que vinha iniciar a luta contra Rapôzinho, de fama já bem espalhada.

Peixoto, segundo a tradição, e como já dissemos, se alimentava bem, devorando a sós a metade de um quarto de um animal adulto.

Peixoto era realmente um verdadeiro glutão.

Findo o refestelamento despediram-se dos frades que os abençoaram, e seguiram para o centro da caatinga, rumando ao Serrote do Fiúza onde a manada pastava e malhava continuamente, trabalhada constantemente pelo célebre novilho bravio.

Dia inteiro no campo por entre brenhas e buracos, no trancado da caatinga, através de espêsso matagal, quando já muito à tardinha, a manada estremecera no centro do carrasco e, de, arrôjo em arrôjo, de rebate em rebate, fôra estourar da caatinga numa malhada, onde o novilho se achava já nas armas, contra a vaqueirama que ali o cercava.

Gritos, assobios e berros por tôda a parte, viu-se o novilho apertado por tôdas as bandas, por todos os lados, quando Peixoto se porta em frente ao mesmo para topá-lo, como topou-o esperando-o na ponta do seu robusto ferrão que o enfiou no cupim, na giba do novilho, até o tronco.

O cavalo de Peixoto, segundo afirma a tradição, acostumado a êsses perigosos eventos, a essas cenas de carniçaria, de quando em quando sentava os joelhos no chão em resistência ao choque tremendo produzido pelo avanço violento e constante do selvagem novilho, neutralizando assim na resistência de um contra o outro, a fôrça em face ao golpe aplicado por Peixoto, que já gritava aos negros, seus vaqueiros, que tombassem o Rapôsinho, que estava seguro na ponta de seu ferrão; cujos prêtos se aceleraram e tombaram o barbatão.

E, em seguida, ferraram, castraram, e assinaram o feroz animal.

A malhada, onde se passara aquêle clássico drama selvagem, aquele célebre evento, ficou batizada desde então, por malhada do Peixoto, e é ainda hoje assim chamada.

A PEDRA CALÇADA

Essa pedra, que mais se assemelha a uma mesa, foi, ao que se diz, baseada em longa tradição, calçada por Peixotão.

Está suspensa sôbre uma lage granítica, medindo mais ou menos 50 metros de circunferência.

Peixoto levou-a para o centro daquela lage, que fica em terras hoje do sítio Embargo, antigamente Boa Altura.

Aí colocou-a, suspensa, como vestígio inapagável de suas célebres façanhas no domínio do atletismo.

É um bloco de pedra Granítico, liso como uma placa de cimento, artisticamente trabalhado.

É uma massa compacta e volumosa, contendo em si mesma as seguintes dimensões: comprimento 78 centímetros, largura 66 centímetros e altura 28 centímetros.

Suspensa com vinte e oito (28) centímetros.

Existe, ainda, outra pedra na fazenda Curralinho, antiga propriedade do progenitor de Peixotão, à margem direita do Rio Jaguaribe, que segundo a tradição oral foi também calçada por êle.

Essa também é do meu conhecimento, mas não me foi possível colher dados precisos sôbre suas dimensões.

O CURRAL

Viveu o Brasil do ciclo do gado até poucos anos, foi êle, assim a sua primeira indústria, como ainda continua a ser uma das principais.

Os pioneiros do povoamento do sólo nordestino nela se arrimaram e, por isso mesmo, ficaram de alma e coração ligados ao nosso sólo.

A êste apegado, nêle se transfundiram de tal forma que a tudo resistiram, sem mais outro pensamento, senão o de defendê-lo com o arrôjo de suas energias físicas, intelectuais e morais.

O gênero gado foi um dos fatôres, foi um dos preponderantes agentes que concorreu para o apressamento da ocupação do nosso território.

Dentro deste ciclo industrial, de pastoreio, nasceu Peixotão, o qual possuia grandes manadas que já se iam além de suas terras, penetrando assim nos fundos dos pastos em terrenos baldios.

Peixoto viu-se por essa altura, mediante esse fenômeno, forçado por aquela circunstância, a construir currais em distâncias de léguas de sua fazenda, Riacho dos Moços, para apressar a braveza que apreciava naquela região.

Em face do expendido, Peixoto constrói realmente, à margem esquerda do Riacho da Jatubarama, aquela benfeitoria, a qual fica mais ou menos defronte da atual Barragem do Feiticeiro, mas distante uma meia légua, presumidamente.

A madeira daquele curral era toda de aroeira.

A cava tinha mais de um metro de profundidade.

Cada tóra era devidamente serrada, com diâmetro, mais ou menos, correspondente a circunferência de um tambor de óleo.

Essa posse feita por Peixoto, fica encravada entre os Riachos da Jatubarama, também conhecido por Feiticeiro e o Ariboré, igualmente conhecido por Manoel Lopes, onde se acha, neste situada a barragem da Nova Floresta.

Referido curral fica bem próximo a um serrote que acabou por se chamar Serrote do Peixoto, em virtude daquele célebre e sui-generis curral por ele levantado.

Fosse, ou não, em virtude daquela circunstância do levantamento do curral, Peixoto eternizou seu nome nos anais da lenda popular, gravando-o nos episódios mencionados, especialmente no que concerne ao serrote aludido e na do lugar onde beneficiou o "Rapôsinho" que ficaram conhecidos, Malhada do Peixoto e Serrote do Peixoto, cujos acidentes geográficos jamais serão destruídos, nem o nome será mudado.

NOTA

Não é, pois, de admirar a história da grande força desse lendário rebento da família Távora.

Já em Portugal, antes de Peixoto, ou mais ou menos na mesma época, existiu Frei Nobre de Távora que se salientou em diversos episódios em virtude da força e coragem que possuia.

Antônio Floriano Peixoto, que se dizia parente dos Távoras, foi campeão de luta romana, no Rio de Janeiro, vários anos, chegando mesmo a vencer inúmeros campeões estrangeiros.

Joaquim Fernandes, nascido e criado em Campos Sales, que faleceu há menos de um ano, era tido como homem de muita força e por isto respeitado no meio rural, onde viveu até idade avançada.

Conta-nos o ilustre jornalista, historiador e psicólogo, Padre Azarias Sobreira, sobre Joaquim, que aquele pioneiro de nossa agricultura naquela região, em tempo de derribada de matas, ninguém ia com ele em dias de arrojados adjuntos.

Joaquim trabalhava por quatro homens bons de serviço, precisando de foice especial, pois a comum não o resistia; logo se arrebentava, devido a força, rapidez e agilidade de que usava na faina da derribada.

Por isso sempre trabalhou com foice de maior dimensão, feita por encomenda.

Eu ainda conheci Joaquim e ninguém diria, em face do seu físico, de tanta resistência e agilidade, cujos feitos chegaram a imortalizar seu nome, gravando-o nas páginas da nossa literatura rural por pena brilhante, talvez a mais respeitável de nossa geração, que vem lentamente construindo com seus trabalhos aprimorados, a nossa tão esquecida e abandonada literatura sertaneja.

CAPÍTULO V

AINDA NO CEARÁ

RAIZES DA FAMÍLIA TÁVORA NO VALE DO MÉDIO JAGUARIBE

Manoel Peixoto da Silva Távora, Sargento Mor, esposou Genoveva da Assunção, filha de Domingos Pais Botão e Sebastiana da Assunção, embora se verifique em documentos vários, nome diferente da esposa deste, que parece ter ele contraído matrimônio mais de uma vez.

Certo é que Genoveva era filha de Domingos Pais Botão e neta de Manoel Diógenes Botão, ou Saldanha, que residiu na Fazenda Monte Vistoso, talvez por ele fundada, no antigo município Riacho do Sangue (Frade) no lugar Santa Rosa hoje Jaguaribara.

Quanto a Manoel Diógenes Botão ser pai de Domingos Pais Botão nenhuma controvérsia pode existir sobre tal ponto, visto como ele e seu pai foram testemunhas de um casamento no Icó, em 1754, feito pelo padre Miguel Pereira do Lago.

Livro Paroquial do Icó n.º 2, folhas 32 v. segundo afirma o Padre Francisco Couto em seus Dados Genealógicos.

Árvore Genealógica de Manoel Peixoto da Silva Távora e Genoveva da Assunção.

Linha reta de Manoel Peixoto da Silva Távora, pelo lado materno do biografado, Dr. Manoel do Nascimento Fernandes Távora.

ASCENDENTES

Manoel Peixoto da Silva Távora e Genoveva da Assunção 4.º avós — José Fernandes do Monte e Silva e Isabel Peixoto Távora; 3.º

avós — Francisco da Cunha Souto Maior e Francisca da Porciuncula Fernandes Peixoto e Souza Távora; 2.º avós — Antônio Fernandes da Silva Távora e Idalina Alves Correia Negreiros e Lima Fernandes Távora; 1.º avós — **PAIS** — Joaquim Antônio Alves do Nascimento e Clara Alves Correia Lima do Nascimento Negreiros Fernandes Távora.

Linha dos Alves ainda pelo lado materno:

ASCENDENTES

Inácio Alves da Paz Meireles e Francisca Luzia da Cunha Távora 3.º avós — Antônio Alves da Paz Meireles e Francisca Correia de Lima Negreiros; 2.º avós — Antônio Fernandes da Silva Távora e Idalina Alves Correia Lima Negreiros Fernandes Távora, 1.º avós.

Linha dos Cunhas ainda pelo lado materno:

ASCENDENTES

Manoel da Cunha Souto Maior e Rosa Maria de Jesus, TRISAVÓS — Francisco da Cunha Souto Maior e Francisca da Porciuncula e Souza Peixoto Távora, BISAVÓS — Antônio Fernandes da Silva Távora e Idalina Alves Correia Lima Negreiros Fernandes Távora, 1.º avós.

Linha Paterna:

ASCENDENTES

Manoel do Nascimento Guedes Rolim e Isabel Alves Negreiros Correia Lima Távora, sendo esta filha de Antônio Alves e aquele descendente das famílias Guedes e Rolim, da Paraiba, Guedes de Bananeiras e Rolim de Cajazeiras.

IRMÃOS DE IDALINA, Avó do Biografado:

Tios Avós — 1.º) Roberto Alves Távora. 2.º) Inácio Alves Távora. 3.º) Francisco Xavier Alves Távora. 4.º) Eduardo Alves Távora. 5.º) Florentino Alves Távora. 6.º) Severino Alves Távora. 7.º) Gonçalo Alves Távora. 8.º) João Batista Alves Távora. 9.º) Antônio Alves Távora. 10.º) João Alves Távora. 11.º) Claudiana Alves Távora. 12.º) Maria de Jesus Alves Távora. 13.º) Isabel Alves Távora.

IRMÃOS DE ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA,

avô do Biografado:

Tios Avós — 1.°) Bernardino da Cunha Fernandes Távora. 2.°) Maria Fernandes da Cunha Távora. 3.°) Rosa Fernandes da Cunho Távora. 4.°) Cândida Fernandes da Cunha Távora. 5.°) Antônio Fernandes da Cunha Távora. 6.°) Clara Fernandes da Cunha Távora. 7.°) Isabel Fernandes da Cunha Távora.

TIOS LEGÍTIMOS PELO LADO PATERNO DO BIOGRAFADO:

Francisco Antônio do Nascimento, João Batista do Nascimento, Bernardino Batista Alves do Nascimento, Maria Rosária Batista Alves do Nascimento, Francisca Batista Alves do Nascimento, Firmina Batista Alves do Nascimento e Lucinda Batista Alves do Nascimento.

LIGEIROS TRAÇOS DO BIOGRAFADO

O Dr. Manoel do Nascimento Fernandes Távora é filho de Joaquim Alves do Nascimento e Clara Alves Correia de Lima Negreiros Fernandes Távora.

Nasceu na Fazenda Embargo, no município de Jaguaribe a 21 de Março de 1877.

Médico de renome, jornalista, escritor, conferencista e membro da Academia de Letras do Ceará, sócio do nosso INSTITUTO HISTÓRICO e ex-professor do Colégio Militar deste Estado — nascendo com pendores para política, mas somente nela ingressando a instância de amigos seus, como já houve por bem declarar, ainda cêdo logrou o pôsto de dirigente da Corrente Liberal, que desde 1913 até os nossos dias, em nosso Estado, vem doutrinando, tendo por supremo programa medidas de salvação Nacional.

Político combativo e de espírito sempre voltado para o interêsse público, forrado de sólida cultura sustentou prolongadas e árduas campanhas, sem que jamais desistisse de suas prerrogativas constitucionais.

Sempre fiel a seus amigos e a tradição Liberal, por que se vem batendo há mais de 40 anos, por êles viu-se elevado a interventoria do seu Estado Natal, em 1930, levado pela Revolução, bem como a deputado às Câmaras Estadual e Federal, e mais de uma vez, à curul senatorial por duas legislaturas.

4a. GERAÇÃO DE MANOEL PEIXOTO DA SILVA TÁVORA

Casal Antônio Fernandes da Silva Távora e Idalina Alves de Lima Correia Negreiros Távora, com seus 16 filhos, nascidos no sítio Caranguêjo e na Fazènda Boa Altura, pais de:

1 — Francisca Fernandes da Silva Távora
2 — Mons. Dr. Antônio Fernandes da Silva Távora
3 — Francisco Fernandes da Silva Távora
4 — Rosa Fernandes da Silva Távora
5 — Clara Fernandes da Silva Távora
6 — Antônio Fernandes da Silva Távora
7 — Idalina Fernandes da Silva Távora
8 — Cândida Fernandes da Silva Távora
9 — Maria Fernandes da Silva Távora
10 — Bernardino Fernandes da Silva Távora
11 — Manoel Fernandes da Silva Távora
12 — Carloto Fernandes da Silva Távora
13 — Elisiário Fernandes da Silva Távora
14 — Belisário Fernandes da Silva Távora
15 — Constância Fernandes da Silva Távora.

1 — **FRANCISCA FERNANDES DA SILVA TÁVORA,** casada com João Carlos Pachêco, pais de:

1.1 — Hermelinda, casada com Aureliano Pinheiro, pais de:

1.1.1 — Newtel.
1.1.2 — Alírio.
1.1.3 — Linda.
1.1.4 — Iracema.
1.1.5 — Carloto.
1.1.6 — Aláudio.
1.1.7 — João.

1.2 — Maria, casada com Osório Pinheiro Diógenes, pais de:

1.2.1 — Dativo
1.2.2 — Dácio
1.2.3 — Délia
1.2.4 — Dalila
1.2.5 — Dilza
1.2.6 — Osório

1.3 — Idalina, casada com Tertulino da Silveira, pais de:

1.3.1 — Sofia
1.3.2 — Adélia
1.3.3 — Maria
1.3.4 — Ida
1.3.5 — Adergísio
1.3.6 — Antônio
1.3.7 — Francisco
1.3.8 — Jaime
1.3.9 — Agenor
1.3.10 — Hélia
1.3.11 — José

1.4 — Carlota, casada com José Otaviano de Carvalho, pais de:

1.4.1 — Jaime
1.4.2 — Delourdes
1.4.3 — Aloísio
1.4.4 — Alírio
1.4.5 — Celeste
1.4.6 — Idália
1.4.7 — Almino

1.5 — Cândida, casada com Sinfrônio Nogueira de Queirós pais de:

1.5.1 — Rocilda
1.5.2 — Nair
1.5.3 — Otília
1.5.4 — Julieta
1.5.5 — Carlita
1.5.6 — Olga
1.5.7 — Terezinha
1.5.8 — Alda
1.5.9 — Zuleica

1.6.— Ambrosina, casada com Nelson Maia, pais de:

1.6.1 — Wilson
1.6.2 — Edson
1.6.3 — Nelson
1.6.4 — João
1.6.5 — Maria
1.6.6 — Olavo
1.6.7 — Everton
1.6.8 — Lincoln

1.7 — Antônio, falecido em plena infância.
1.8 — Maria Jarina, casada com Natalino da Silveira Brito, pais de:

1.8.1 — Rubens
1.8.2 — Rui
1.8.3 — Wilson
1.8.4 — Natalino
1.8.5 — Washington
1.8.6 — Ocean
1.8.7 — Maria Ruth

2 — FRANCISCO FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casado em primeiras núpcias com sua prima Ana Olímpia da Cunha Távora pais de:

2.1 — Antônio Olímpio Távora, casado com Sindrônia Távora, sua prima, pais de:

2.1.1 — Inês
2.1.2 — Zuleide
2.1.3 — Aldeíde
2.1.4 — Esmerinda
2.1.5 — Cristovão Colombo, falecido.
2.2 — Idalina Olímpia Távora (ADI), falecida inúpta.

2.3. — Ana Olimpio Távora, casada com José Hermínio Calou, pais de:

2.3.1 — Bernadete.
2.4 — Bernardino Fernandes Távora, faleceu inúpto.

E em segunda núpcias com Ana Rosa Pinheiro de Almeida pais de:

2.1. — Manoel Pinheiro Fernandes Távora, casado com Maria Carmosa Távora, sua prima, a qual era viúva de José de Melo, tendo dêste 3 filhos, Edval Távora, Edilson Távora e João Neiva Távora; dêste segundo matrimônio proviera-ram os seguintes filhos:

2.1.1 — Francisco Racine Távora
2.1.2 — Antônio Robério Távora
2.1.3 — Maria Cideneide Távora
2.1.4 — Maria Lêda Távora
2.1.5 — Maria Cideneide, falecida em criança
2.1.6 — Guirlanda Távora, falecida em criança

2.2 — Peressina Pinheiro Fernandes Távora, faleceu inúpta.
2.3 — Francisca Pinheiro Fernandes Távora, viúva de Victor Drichk, sem sucessão.
2.4 — Maria Carmorina Pinheiro Fernandes Távora, faleceu inúpta.
2.5 — Liberalina Pinheiro Fernandes Távora, casada com Cipriano Rocha Lima, pais de:

2.5.1 — Terezinha.
2.6 — Florentina Pinheiro Fernandes Távora, viúva de Carlos Malheiro, sem sucessão.

3 — ROSA FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casada com seu primo Francisco Antônio do Nascimento Guedes Rolim, pais de:
3.1 — Isabel, mãe de Estela.

4 — CLARA FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casada com seu primo legítimo, Joaquim Antônio do Nascimento Guedes Rolim, pais de:

4.1 — Maria Benígna, casada com Augusto Alves da Silva Bacural, pais de:

4.1.1 — Adauto
4.1.2 — Osmar
4.1.3 — Horácio
4.1.4 — Luís
4.1.5 — Maria
4.1.6 — Adalgisa
4.1.7 — Iná

4.2 — Manoel do Nascimento Fernandes Távora, casado com Carlota de Morais, pais de:

4.2.1 — Virgílio
4.2.2 — Amilcar
4.2.3 — Moema
4.3 — Ana Ajuricaba Fernandes Távora, casada com Manoel de Oliveira Pinto, português sem sucessão.

4.4 — Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, casado com Comba Tibúrcio, pais de:
4.4.1 — Maria Clara
4.4.2 — Nancy
4.4.3 — Joaquim Távora Filho

4.5 — Isabel do Nascimento Fernandes Távora, casada com Antônio de Magalhães Fontoura, pais de:

4.5.1 — Zulmira
4.5.2 — Maria
4.5.3 — José
4.5.4 — Clara
4.5.5 — Juliêta

4.6 — Ademar do Nascimento Fernandes Távora, casado com sua prima Jandira Távora, pais de:

4.6.1 — Elsa Maria
4.6.2 — José Ademar
4.6.3 — Clara Leonor

4.7 — Juarez do Nascimento Fernandes Távora, casado com sua prima Nair de Holanda Távora, pais de:

4.7.1 — Juarez Távora Filho
4.7.2 — Otávio Távora
4.7.3 — Carlos Távora
4.7.4 — Flávio Távora

4.8 — José do Nascimento Fernandes Távora, nasceu em Jaguaribe, Ceará, em 28 de julho de 1883; faleceu em 21-2-58. Casado, em primeiras núpcias, em Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, em 26-10-1913, com Izaura Palmyra Bastos; nascida em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, em 8-2-1889 e falecida em 20-1-1936, filha de João Clemente da Silva Bastos e de Ana Luiza Bastos. Pais de:

4.8.1 — Newton Bastos Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB), em 28-8-1914; falecido solteiro, com meses de idade.
4.8.2 — Laura Bastos Távora, nascida no Rio de Janeiro (GB), em 8-12-1915; falecida solteira, em 11-1-1962.
4.8.3 — Waldir Bastos Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB), em 8-2-1917; falecido solteiro, em 1922.
4.8.4 — José Bastos Távora, nascido na cidade do Rio de Janeiro (GB), em 8-11-1919. Casou no Rio de Janeiro (GB), em 8-11-1950, com Virgínia de Aguiar Almeida, nascida em Maceió (AL), em 8-11-1931; filha de José Moraes de Almeida e Capitulina de Aguiar Almeida. Pais de:

4.8.4.1 — Mauro de Almeida Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 23-5-1952.
4.8.4.2 — Mara Lúcia de Almeida Távora, nascida no Rio de Janeiro (GB), em 11-5-1953.

4.8.4.3 — Marcos de Almeida Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB), em 24-2-1958.

4.8.5 — Dulce Bastos Távora, nascida na cidade do Rio de Janeiro (GB) em 7-4-1921. Casou na cidade do Rio de Janeiro (GB), em 10-7-1943, com Danton Barbosa Pescadinha (militar), nascido na cidade de Vitória (ES), em 8-3-1918, filho de Domingos Pescadinha e de Diana Barbosa Pescadinha. Pais de:

4.8.5.1 — Danton Távora Pescadinha, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 12-11-1944.

4.8.5.2 — Danilo Távora Pescadinha, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 11-10-1946.

4.8.5.3 — Delton Távora Pescadinha, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 25-2-1948.

4.8.5.4 — Danusa Távora Pescadinha, nascida no Rio de Janeiro (GB) em 19-1-1951.

4.8.5.5 — Dilson Távora Pescadinha, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 12-3-1953.

4.8.5.6 — Denise Távora Pescadinha, nascido no Rio de Janeiro em 13-7-1957.

4.8.6 — Beatriz Bastos Távora, nascida no Rio de Janeiro (GB) em 28-10-1923. Casou no Rio de Janeiro (GB), em 11-1-1947, com Sebastião Gil Moreira, nascido no Rio de Janeiro (GB), 20-1-1920, filho de Hildebrando de Armelim Moreira e Celina Kasper Busch. Pais de:

4.8.6.1 — Sandra Távora Moreira, nascida no Rio de Janeiro (GB) em 29-4-1949

4.8.6.2 — Gil Távora Moreira, nascido em Belo Horizonte (MG) em 14-8-1950

4.8.6.3 — Sérgio Távora Moreira, nascido em Belo Horizonte (MG) em 28-6-1952.

4.8.6.4 — Renato Távora Moreira, nascido no Rio de Janeiro (GB). em 13-5-1955.

4.8.6.5 — Ricardo Távora Moreira, nascido no Rio de Janeiro (GB), em 5-11-1961.

4.8.7 — Arlete Bastos Távora, nascida no Rio de Janeiro (GB), em 29-4-1926. Faleceu solteira, em 12-2-1943.

4.8.8 — Almvr Bastos Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 22-3-1929. Casou no Rio de Janeiro (GB) em 28-6-1956, com Maria Stella da Fonseca, nascida no Rio de Janeiro (GB), em 21-4-1932, filha de Nelson Fonseca e de Getúlia Baptista de Oliveira Amorim. Pais de:

4.8.8.1 — Anna Maria da Fonseca Távora, nascida no Rio de Janeiro (GB), em 3-3-1958..

4.8.9 — Antônio Celso Bastos Távora, nascido em Diamantina (MG), em 14-11-1931. Casou com Ana Ramalho Miranda, nascida em Carangola (MG), em 31-1-1927, filha de Júlio de Souza Miranda e de Maria Ramalho Miranda. Pais de:

4.8.9.1 — Carlos Alberto Miranda Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB), em 19-9-1953.

4.8.9.2 — Sônia Miranda Távora, nascida no Rio de Janeiro (GB) em 20-1-1958.

4.8.9.3 — Celso Miranda Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 8-4-1961.

4.8.9.4 — Edson Miranda Távora, nascido no Rio de Janeiro (GB) em 29-3-1962.

4.8 — José do Nascimento Fernandes Távora, casou-se em segundas núpcias em 8-11-1940, com Noêmia Nazareth de Castro Vianna, nascida no Rio de Janeiro (GB), em . . . 17-5-1883 e falecida em 7-1-1961, filha de Hypólito Pedro de Castro Vianna e Luiza Cândido de Nazareth Castro Vianna. O casal não teve prole.

4.9 — Fernando do Nascimento Fernandes Távora, casado com Carmen Belisário Távora. ELE nascido em 9-VII-1896 e filho legítimo de Joaquim Antônio do Nascimento e Clara Fernandes do Nascimento. Natural do Ceará (Jaguaribe). ELA nascida em 13-III-1908 e filha legítima do Dr. Belisário Fernandes da Silva Távora e Da. Maria Joana de Holanda Fernandes Távora.

Natural da Guanabara (Rio de Janeiro), casaram-se a 24-II-1932, na cidade do Rio de Janeiro. O marido já tinha 35 anos e o pôsto de Capitão (Engenharia do Exército). Dêste casal provieram os seguintes filhos:

4.9.1 — Carmen Cecília, nascida no Rio de Janeiro em ..... 27-XI-1932 e falecida na mesma cidade em 4-VIII-1936 (com quatro anos).

4.9.2 — Gilda Tereza, nascida em 2-I-1937, na cidade do Rio de Janeiro e aí falecida em 13-V-1945 (com 8 anos).

4.9.3 — Fernando Filho, nascido em 3-VIII-1938, em Porto Ale-Alegre (RS). Engenheiro Geólogo pela Escola Nacional de Geologia, do Rio de Janeiro. Solteiro.

4.9.4 — Letícia Maria, nascida em 5-II-1940, na cidade do Rio de Janeiro (GB). Tem o curso Ginasial e Colegial do Colégio Assunção do Rio de Janeiro (GB). Tem o Diploma de Formação Para o Lar, do Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Solteiro.

4.9.5 — Irene Maria, nascida em 5-II-1942, na cidade de Petrópolis (RJ). Tem os cursos Ginasial e Colegial do Colégio Assunção do Rio de Janeiro. É Bacharel e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde também é professora Adjunta e Assistente da cadeira de Direito Iniscial. Cursa atualmente a universidade de Paris, a fim de doutorar-se na sua especialidade (Faculdade de Direito). Solteira.

4.10 — Idalina, casada com seu primo David Alves do Nascimento, pais de:

4.10.1 — Margarida.
4.10.2 — Magnólia.
4.11 — Valdomiro, faleceu inúpto.
4.12 — Antônio, faleceu inúpto.
4.13 — Maria Querubina, faleceu inúpta.

5 — ANTÔNIA FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casada com José Alves de Lima, pais de:

5.1 — Esmerinda, viúva de Miguel Soares, pais de:

5.1.1 — Esmerinda.
5.2 — Fibrônia, casada com seu primo Antônio Olímpio Távora, de cujos filhos já nos referimos anteriormente.

5.3 — Termutes, casada com Antônio Marques, pais de:

5.3.1 — Luis
5.4 — Poncilet, casado com Zulmira, sem sucessão.
5.5 — Brasilina, casada com Júlio de Oliveira Silva, pais de:
5.5.1 — Francisco Távora da Silva

5.6 — Aurelina, casada com Joaquim Pinto Aciolli, pais de:
5.6.1 — Dulcila

5.7 — Leôncio, casado com Iracema Teixeira, pais de:

5.7.1 — Leyr
5.7.2 — Leda
5.7.3 — Hedir
5.7.4 — Léssio
5.7.5 — Levi

6 — MARIA FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casada com Clemente de Assis, pais de:

6.1 — Antônio de Assis, casado com Consuêlo Pia de Andrade, pais de:

6.1.1 — Fídias e outros.
6.2 — Maria de Assis, viúva de Alípio de Alencar Matos, de cujo matrimônio provieram muitos filhos.
6.3 — Julieta de Assis, casada com José Augusto Holanda, pais de:
6.3.1 — Abaête
6.3.2 — Humberto
6.4 — Tarquinio de Assis, casado com sua prima Maria Otaviana de Assis, tiveram diversos filhos.
6.5 — Abdias de Assis, casado com Genesina Pitanga, houve filhos.
6.6 — Constância de Assis, falecida inúpta.
6.7 — Belisarina de Assis, falecida inúpta.
6.8 — Olinto de Assis, falecido inúpto.
6.9 — Noeme de Assis, casada com Raimundo Arruda, pais de:
6.9.1 — Miguel Édgy
6.9.2 — Irmã Maria do Livramento
6.9.3 — Maria Adelina
6.9.4 — Maria de Lourdes
6.9.5 — Cezar Bastos
6.9.6 — Clemente Olinto
6.9.7 — Rocilda
6.9.8 — Maria Julieta
6.9.9 — José Monteiro
6.9.10 — Maria Francisca Tereza
6.9.11 — Nelson Lima
6.9.12 — Maria José
6.9.13 — Tarcísio Aragão
6.9.14 — Juarez
6.9.15 — Marcelina Isabel
6.9.16 — Eurico Flávio
6.9.17 — Francisca Beatriz
6.10 — João, falecido inúpto.

7 — BERNABDINO FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casado com Francisca Alves, pais de:

7.1 — Antônio Fernandes Távora, casado com Florzinha Fernandes da Costa e Silva, pais de:
7.1.1 — Simone Távora

7.2 — Carloto Fernandes Távora, casado com Francinete Fernandes, pais de:

7.2.1 — Jandira.

7.3 — Maria Carmelita, casada com Ernesto Fernandes Gurjão, pais de:

7.3.1 — Ademar Távora Gurjão
7.3.2 — Geracina Távora.
7.3.3 — Geni Távora

7.4 — Belisário, casado com Helena Junqueira de Andrade, pais de:

7.4.1 — Paulo Juarez
7.4.2 — Irone
7.4.3 — Neuza
7.4.4 — José Henrique
7.4.5 — Marcos

7.5 — Anísia, casada com Absalão Fernandes Gurjão, pais de:

7.5.1 — Lauro Távora
7.5.2 — Lais Távora
7.5.3 — Lígia Távora
7.5.4 — Livio Távora
7.5.5 — Lamoniêr Távora
7.5.6 — Laerte Távora
7.5.7 — Terezinha Távora
7.5.8 — Margarida Maria Távora
7.6 — Francisca Celeste, falecida inúpta.

7.7 — Roldão, casado com Clara Fontoura, pais de:
7.7.1 — Maria Iranir
7.7.2 — Francisca Isabel
7.7.3 — Francisco Fontoura
7.7.4 — Maria Ivoneide
7.7.5 — Maria Isis
7.7.6 — Clara Maria
7.8 — Idalina, casada com Sérgio de Castro, pais de:
7.8.1 — José Valter
7.8.2 — José Sérgio
7.8.3 — José Valdomiro
7.8.4 — José Clemente

7.8.5 — Leopoldo
7.8.6 — Francisco
7.8.7 — Rita de Cássia
7.8.8 — Maria Helena
7.8.9 — Sarah
7.8.10 — Regina
7.8.11 — Maria Tereza

7.9 — Raimunda Olimpia, casada com Cosme Alves de Lima, pais de:

7.9.1 — Edite Távora
7.9.2 — Arlina
7.9.3 — Albertina
7.9.4 — Adamir
7.9.5 — Terezinha
7.9.6 — Terezinha Edméia
7.9.7 — Arina
7.9.8 — Arminda
7.9.9 — Almir
7.9.10 — Bernardino

8 — MANOEL FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casado três vezes, primeiras núpcias com Maria Santana Pinheiro, segundas núpcias com Idalina Barrêto Pinheiro a qual teve somente um filho chamado ANTÔNIO e em terceiras núpcias com Maria Lourdes Montezuma, pais de:

8.1 — Idalina, casada com um português sem sucessão.
8.2 — Antônio, falecido inúpto.
8.3 — Consuêlo, casada com Jaime da Silveira Távora, os quais têm vários filhos.

9 — DESEMBARGADOR ELISIÁRIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casado com Henriqueta de Holanda, pais de:

9.1 — Jaime, falecido inúpto
9.2 — Zilda, casada com Augusto Gonçalves dos Santos
9.3 — Aloísio, casado com Maria Paz.
9.4 — Francisco, falecido inúpto
9.5 — Zaíra, casada com William Clark
9.6 — Zélia, falecida inúpta
9.7 — Zuleide, falecida com oito anos
9.8 — Elisiário, casado com Janita Briglia Távora
9.9 — Cid, solteiro
9.10 — Zilah, casada com Zildo José Jorge.

10 — DR. BELISÁRIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA, casado com Maria Joana de Holanda, pais de:
10.1 — Maria, falecida inúpta
10.2 — Francisco, casado com Alice Gerim Snard
10.3 — Georgina, falecida inúpta
10.4 — Idalina, solteira z
10.5 — Belisário, solteiro.
10.6 — Carmen, casada com Fernando do Nascimento Távora, seu primo, do qual nós já nos referimos.
10.7 — Nair, casada com seu primo Juarez Távora, do qual já nos referimos.
10.8 — Antônio Belisário, falecido inúpto.

N O T A:

FALECERAM INÚPTOS:

1 — Mons. Dr. ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA.
2 — DOM. CARLOTO FERNANDES DA SILVA TÁVORA
3 — CÂNDIDA FERNANDES DA SILVA TÁVORA
4 — IDALINA FERNANDES DA SILVA TÁVORA
5 — CONSTÂNCIA FERNANDES DA SILVA TÁVORA
6 — MARIA ISABEL FERNANDES DA SILVA TÁVORA.

N O T A:

O N D E E S T Ã O S E P U L T A D O S

O casal ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA, este em Mapuá, antiga Boa Vista e Idalina sua espôsa em Quixadá.

F I L H O S

Belisário, Constância, Maria Dondon e D. Carloto no Cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro, sendo que os restos mortais deste último foram trasladados para Caratinga, onde repousam no Cemitério do Bispado, por êle fundado em Minas Gerais.

II — Desembargador Elisiário, no Cemitério do Cruzeiro do Sul (ACRE), Mons. Fernandes Távora e Idalina no Cemitério em Sena Madureira (RIO PURUS).

III — Clara, Bernardino (Pitão), Francisca e Maria (Maroca) no Cemitério de Jaguaribe.

IV — Antônia em Quixadá e Cândida em Baturité.

V — Isabel e Coronel Francisco Fernandes em Mapuá e Manoel Fernandes em Jaguaretama, antigo Frade.

BIBLIOGRAFIA

1 — Roteiro dos Azevedos e outras famílias do Nordeste — Sebastião de Azevedo Bastos.
2 — Anais Pernambucanos — Pereira da Costa.
3 — Apontamentos e notas para a história eclesiástica do Maranhão — Livro Estragado.
4 — Tomás Pompeu Sobrinho — Revista do Instituto do Ceará (1965).
5 — Anacleto Goianense — Mária Santiago.
6 — Datas de Sesmarias do Ceará — ns. 95, 21, 66, 98, 165, 79, 139, 140, 145, 121, 176.
7 — Com remissão do Barão de Studart — Anastácio Braga- Nota Genealógica — Soares Bulcão.
8 — Rio Grande do Norte — Sesmarias de Tavares de Lira.
9 — Anuário Genealógico Brasileiro — Salvador de Moya de São Paulo.
10 — Famílias Seridoenses — José Augusto de Medeiros.
11 — Rosa Maria de Jesus — Inventário Particular (1.º Cartório do Icó 1789).
12 — Nobiliário Colonial — Carvalho Franco.
13 — Enciclopédia e Dicionário Internacional.
14 — Diocese de Iguatu e origem de São Mateus — Monsenhor Francisco de Assis Couto.
15 — América Latina — Donald Marcand Dozer.
16 — A Justiça e o Direito Natural — Tradução de João Batista Machado, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra — Hans Kelsen.
17 — A Democracia no México — Tradução de Ana Arruda — Pablo González Casanova.
18 — História de Sobral com remissão a Manuel Ximenes Aragão — D. José Tupinambá da Frota.
19 — Apontamento Genealógicos — Fernando Câmara.
20 — Dados Genealógicos Jaguaribanos — Coronel Francisco Fernandes da Silva Távora.
21 — Revista do Ceará — Raimundo Girão e Martins Filho (1967).
22 — Perfil do Marquês de Pombal — 31 de maio de 1882 — Camilo Castelo Branco.
23 — Tradição Oral — Jaguaribana.
24 — Mais de um Milhão de Fatos (1969) — Almanaque de Seleções.
25 — Confederação Européia — Alberto Tôrres.

CAPÍTULO VI

NO CRATO

LIGEIRO PERFIL DE MONSENHOR TÁVORA

Dentre os descendentes do casal Antônio Fernandes da Silva Távora e Idalina Alves Távora Correia Negreiros de Lima Fernandes Távora — 3ª Geração de Manuel Peixoto da Silva Távora — na fazenda Caranguêjo, se destacara, dentre alguns dos seus irmãos, Elisiário, Belisário e Carloto, que também seguiram a carreira das letras, Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora.

Foi Monsenhor, antes de mais nada, um espírito iluminado como membro ilustre do Clero de seu tempo.

Orador fluente, alvo, faces róseas, voz forte de tom retumbante alto, cuja altura de 1,80m e sua vasta erudição, concorreram, simultâneamente, para seus triunfos oratórios não só na Tribuna Sagrada, bem como na forense, onde teve oportunidade de defender inúmeros acusados.

Além de ser uma figura respeitável, por seus elevados dotes de austeridade em tudo que empreendia, foi o ilustre prelado um político combativo, um jornalista de escól que muito honrou, com suas inúmeras e brilhantes produções, a imprensa brasileira.

Inclinado à política e nela tendo assento, como ficou dito, foi Monsenhor um dos primeiros membros da Velha Guarda Liberal no Ceará, no último quartel do II Império e no início da primeira República.

Já antes, porém, fora Senador, em cujo Senado Cearense deixara fartas produções parlamentares nos anais políticos, não só na Câmara Provincial, como ainda na que se iniciara, na que se organizara ao alvorecer do regime Republicano.

No Crato, terra que ele não esquecia, e onde entrara em lutas veementes com fortes adversários políticos, alí, ao lado da Velha Guarda, teve que enfrentar duros prélios eleitorais em momentos diversos de sua carreira política, não deixando, porém, naquele rincão, um só inimigo capital.

Foi, por outro lado, um infatigável advogado dos pobres, o que sempre fez com o mais acendrado espírito de humanidade.

Foi Monsenhor, ainda, sob outro suave aspecto, um protetor de famílias pobres, pois educou vários moços de famílias humildes, hoje médicos e bacharéis, cumprindo assim os desígnios de sua consciência no terreno do civismo e do espírito cristão.

Para fortalecer melhormente nosso juizo, sobre a inconfundível personalidade deste cearense ilustre, divulgamos abaixo a sua

biografia feita pelo meu inesquecível amigo piauiense Hugo Victor Guimarães, jornalista ilustre, acompanhada da respectiva carta de despedida que fizera, quando dalí se afastara para sempre, em tom lírico, quiçá romântico ao povo Cratense, aos 15 de julho de 1888.

BIOGRAFIA DO MONSENHOR DOUTOR ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA

É uma das maiores figuras do Clero brasileiro e um cearense que honra e eleva o nome de sua terra.

Nascido a 17 de outubro de 1851 na fazenda "Caranguêjo", município de Jaguaribe-Mirim, filho de **Antônio Fernandes da Silva Távora** e D. **Idalina Alves de Lima,** descende de duas famílias portuguêsa: — Fernandes da Silva, do Porto, e Távora, de Lisboa, pelo lado paterno, e pelo materno, da família Vidal de Negreiros.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza, depois de feitos os primeiros estudos com o professor português VITORINO, que deixou fama na zona jaguaribana, ordenando-se a 30 de novembro de 1879.

Provido vigário encomendado da freguesia de Jaguaribe, alí permaneceu até 1883, quando teve remoção para a do Crato, na qual se demorou até 1891, ano em que a política o atraiu de maneira absorvente, porque embora tivesse tido assento na Assembléia do Antigo Regime, só de então firmou crédito de político militante, pondo-se ao lado do governador JOSÉ CLARINDO contra o MARECHAL FLORIANO.

Acompanhando ao Rio o governador deposto pela Escola Militar, alí publicou um manifesto no jornal "COMBATE", nele escrevendo, ainda, artigos veementes de combate ao florianismo, o que valeu ser seu nome apontado na lista dos inimigos da ditadura que deviam ser deportados, o que não aconteceu, porém. Esses artigos e o manifesto foram colecionados pela redação do "Correio do Cariri" que os reimprimiu sob o título SENADOR PADRE FERNANDES e ESCRITOS POLÍTICOS, e os distribuiu largamente.

Precedia-os uma encomiástica apresentação devida à hábil pena do Dr. J.B. de Siqueira Cavalcante.

Ainda em abril de 1892, foi nomeado vigário de CACHOEIRA DE ITAPEMIRIM, do então bispado do Rio de Janeiro, no Estado do Espírito Santo.

Exerceu essa comissão até junho do ano seguinte quando foi transferido para a importante paróquia de Vassouras, no Estado do Rio, lugar que deixou a pedido seis meses mais tarde, indo residir temporariamente em Juiz de Fora, Minas.

Em 1894 acompanhou D. José Lourenço da Costa Aguiar, primeiro bispo do Amazonas, e de quem foi o braço direito na organização da nova diocese, sendo nomeado cônego da Catedral de Manaus a 8 de dezembro desse ano.

Acompanhou-o ainda na qualidade de Secretário Particular em diferentes visitas nos rios Solimões, Purús, Madeira, Negro etc, fazendo das suas viagens minuciosas descrições que publicou a um só tempo em forma de correspondência na VERDADE e APÓSTOLO, jornais católicos vindos a lume em Fortaleza e no Rio de Janeiro.

Em 1896 fez rápida visita ao Ceará, e de volta seguiu com o bispo do Amazonas para Roma, fazendo a viagem AD LIMINA APOSTOLORUM, permanecendo na capital da cristandade por espaço de dois anos.

Matriculado na UNIVERSIDADE S. APOLINÁRIA, conquistou sucessivamente nas matérias de direito civil e canônico os gráus de Licenciado, Bacharel e DOUTOR IN UTROQUE JURE.

Terminando o curso, matriculou-se na Academia dos Nobres, à qual dificilmente são admitidos estrangeiros, e estudou a ciência da DIPLOMACIA E TRATADOS.

Ao deixar a Academia em 1899, foi nomeado pelo Papa Leão XIII, seu camareiro secreto com honras de Monsenhor.

Durante sua permanência em Roma escreveu para diferentes jornais religiosos da Itália e Portugal.

Foi na Europa um brasileiro à altura dos créditos do seu país.

Homem de vasta cultura, jornalista combativo, orador de largos recursos, tendo deixado nos ANAIS da Assembléia peças oratórias admiráveis, escritor e observador, atilado, Monsenhor Dr. Fernandes, sôbre quem o seu sobrinho Senador Fernandes Távora escreveu interessante estudo publicado na Revista do Instituto do Ceará, ano de 1946, foi também o protetor e encaminhador da família mandando educar às suas expensas, irmãos e sobrinhos, todos homens notáveis, inclusive o falecido bispo de Caratinga, DOM CARLOTO TÁVORA e o eminente homem público, Dr. BELISÁRIO TÁVORA.

Chegou a ponto de sacrificar-se econômicamente, de pedir dinheiro por empréstimo, a juros escorchantes, para que seus irmãos — MANUEL, CARLOTO, ELISIÁRIO e BELISÁRIO, não interrompessem os estudos.

Deve-lhe o Ceará, também, a fundação de colégios e outras obras de merecimento.

"Deputados provinciais e Estaduais do Ceará — Hugo Victor Guimarães" — Página 171.

DESPEDIDA

Partindo hoje para a capital afim de tomar parte nos trabalhos da Assembléia provincial, vamos por meio da Vanguarda fazer nossa despedida aos nossos caros e muito amados parochianos.

Em nosso lugar fica regendo a freguezia o muito Rev. Padre Manuel Félix de Moura, com plenos poderes, como Coadjutor Pró-Parocho.

Pedimos e exigimos de nossos parochianos que tratem ao meu colega e amigo com aquela mesma paciência, caridade e respeito com que nos tem tratado.

Os longos e gloriosos trabalhos nesta e noutras províncias exigem de todos nós um respeito e affecto particulares.

Sacerdote de vida penitente e puríssima nós não podíamos confiar a guarda de nossos parochianos a um pastor mais excelente e dígno.

OBRAS DA MATRIZ: — Por causa do copioso inverno com que a Providência nos visitou não deixamos em princípio as obras que pretendemos fazer com a nossa Matriz; mas dellas, fica encarregado o Rev. Padre Félix e esperamos que o ajudareis com tôdas as vossas fôrças.

CASAMENTOS DE AMAZIADOS: — Conforme já pedimos do púlpito de nôvo recomendamos aos Srs. donos de sítios que remettam a lista de tôda essa gente e promovam por todos os meios que a caridade aconselha o casamento de tal gente.

É uma grande obra de caridade.

CASA DA CARIDADE: — De novo pedimos a todos os habitantes desta freguezia que não vos esqueçais de dar suas esmólas para a Casa de Caridade.

Nada admira tanto como praticar-se a virtude ainda mesmo com fome e nudez.

Havendo tão enorme colheita de legumes esperamos que socorrereis a sua necessidade.

A sombra augusta e veneranda do Padre Ibiapina protege aquela casa e nos pede uma esmóla pelo amor de Deus.

REABERTURA DO NOSSO SEMINÁRO: — Com certeza virão êste ano os padres da Congregação da Missão, trabalhar no Seminário e em principios do ano vindouro será aberto com tôda solenidade.

Quem tiver seu educando para aquêle estabelecimento desde já o vá preparando de tudo o que é necessário.

COLÉGIO CRATENSE: — Recomendamos muito o Colégio Cratense dirigido pelo hábil e distinto Sr. José Joaquim Telles Marrócos.

Profundo latinista e perfeito educador, ninguém melhor do que êlle pode ir preparando alunos para o Seminário.

CRIANÇAS DESVALIDAS: — Pedimos a coadjuvação das autoridades públicas afim de serem remetidas para a escola de meninos pobres dirigida pelo Padre Félix, tantas crianças que vagam por estas ruas.

As oficinas e as escolas estam desertas e as crianças se viciam na aurora da existência.

Ainda hoje o nome do Dr. Ayres é pronunciado com respeito e saudade pelos aracatyenses.

As artes alí florescem e os pobres comem o pão com o suor de seu rosto.

A mesma recomendação fazemos a respeito da Escola da Casa de Caridade.

NÚPCIAS DE OURO DO S.S. PADRE LEÃO XIII: — Já vos pedimos do púlpito uma prova de amor e respeito das núpcias de oiro de Leão XIII e de novo vos pedimos com a maior instância, prendas, óbulos, orações.

Trinta e um (31) de dezembro é o grande dia.

Até fins de agôsto deve estar tudo pronto.

O Padre Félix fica encarregado de nomear comissões neste sentido e de dirigir tudo na melhor ordem possível.

Dirijamos nossa vista para a estrêla mais fulgurante do Universo.

DOENÇA DO NOSSO IMPERADOR: — Não vos esqueçais de orar e fazer comunhões pela saúde do nosso querido Imperador, cuja vida nos garante dias de paz e tranquilidade para a nossa amada e extremecida Pátria.

A VANGUARDA: — Pedimos com o mais vivo interêsse a todos os nossos parochianos, sem distinção de côr, política e credo, que não deixem cair a Vanguarda.

A imprensa neutra e moralizada é um dos mais poderosos factores do progresso e civilização de um povo.

Nós estamos dispostos a ajudar esta empresa gloriosa ainda mesmo com algum sacrifício.

Nós felicitamos de todo coração aos distinctos cavaleiros que atirarão aos hombros tão árdua quão grandioza empresa.

Nossa humilde pena será incansável no sentido de torná-lo o mais interessante possível na parte literária e religiosa.

Uma cidade importante como o Crato não pode deixar de ter um periódico nas condições da Vanguarda.

Está na hora dos cratenses sustentarem com todo o brilhantismo possivel a empresa da Vanguarda.

ORAÇÕES RECÍPROCAS: — A Deus pertence saber se voltarei para o meio de vós.

Posso morrer por lá, então não nos veremos mais.

Parto sem deixar um só inimigo aqui porque os cratenses são muito cheios de caridade.

Não entramos em política com o fim de fazer mal a pessoa alguma nem procurar comunidade para nós; e assim tendo em vista servir com sacrifício à Pátria que tanto amamos.

Somos cearenses até a medula dos ossos e pela glória desta província e de todo o Brasil lutaremos até a morte.

Estamos inteiramente convictos de que o Estado tem alma e não pode prescindir da Igreja.

Não se esqueçam de nós em vossas orações a Deus.

Por nossa vez não nos esqueceremos jamais de pedir a Deus muita paz e alegria para as vossas almas.

Quando desaparecer por entre o azul das serranias, podeis afirmar que lá vai o nosso corpo, mas fica aqui o nosso coração.

Quando por alí passarem as núvens e ventanias, lembrai-vos que por elas vos mandamos muitas saudades. (CRATO, 15 de julho de 1887. a) Vigário ANTÔNIO FERNANDES SILVA.)

Em consonância ainda com a elevada norma de conduta dos respeitáveis e ilustres varões da família Távora, que seguiram vocacionalmente a carreira eclesiástica, citamos a Biografia do Pe. Antônio Elias Saraiva Leão, neto de Laura Távora, que nos foi gentilmente oferecida pelo conhecido genealogista Fernando Câmara.

Aquêle ilustre prelado neto de Laura Távora, nasceu em dias de dezembro de 1808; foi um dos belos ornamentos do clero do seu tempo.

Bacharel pela Academia de Olinda alí se diplomou em 1840.

Fez-se, após o seu bacharelato, Capelão da Barra do Sitiá, onde permaneceu no transcurso de vinte anos.

Por obediência às leis canônicas ocupou a vigararia de Quixeramobim, apenas por três anos.

Latinista, austero e de reconhecida ilustração, por vezes fôra convidado para ocupar cargos de destaque, tendo sempre recusado todas as propostas que lhe foram enviadas pelo alto clero do seu tempo.

Modesto por índole e educação e, já um pouco idoso, começou a advogar em Quixeramobim, mas tendo obtido para seu cliente uma sentença que lhe pareceu injusta e ilegal indignou-se e lavrou um protesto de não mais advogar, o que cumpriu, segundo afirma o seu abalizado biógrafo.

Sempre apegado ao solo nativo, fundou uma fazenda de criar, Mont'Alverne, à margem esquerda do Banabuiú, onde celebrava em

oratório os ofícios divinos como assim reafirma a sua biografia que abaixo vai transcrita, em cujo conteúdo indica outros roteiros genealógicos e materiais da ilustre família do dígno prelado.

PADRE DR. ANTÔNIO ELIAS SARAIVA LEÃO

Nasceu em dias de dezembro de 1808, sendo seus pais o fazendeiro Luiz de Brito Lyra, filho de Cosme Leitão de Souza e de D. Laura de Távora, naturais de Pernambuco e cujos progenitores foram, se diz, vítimas do despotismo brutal do Marquês de Pombal, e de D. Julia, (ESTA É IRMÃ DE MEU TETRAVÔ PAI JOÃOZINHO, neta de Fernando Câmara) filha do Tenente Coronel de Milícias Antônio Saraiva Leão, fazendeiro opulento.

Cursou latinidade com o então vigário de Caicó, Francisco de Brito Guerra, adquirindo nomeada, como estudante inteligente.

Deveria ter recebido ordens sacras em 1834 quando começou a frequentar a Academia de Olinda pela qual foi diplomado Bacharel em 1840.

Daí veio habitar com a avó, Anna Baptista da Costa Coelho na Fazenda Saco, a três léguas de Morada Nova, que ainda não era povoação.

Fez-se capelão da Barra do Sitiá, cerca de vinte anos, vivendo modestamente.

O bispo D. Luiz Antônio dos Santos procurou atraí-lo pela notícia de sua ilustração e virtudes, para exercer um cargo em Fortaleza, constando que lhe destinava o Vigariato geral, mas foram vãos todos os esforços do eminente prelado.

Nunca quis ser parocho e só pela obediência ocupou a vigararia de Quixeramobim, durante cerca de três anos, sendo substituído pelo Parocho Rev. Salviano Pinto de Brandão.

Era um caráter sobremodo austero, muito leal, de sentimentos nobres e philantrópicos.

No período da grande calamidade de 1877 a 1879 se salientou por actos de piedade e caridade.

Em seu sítio na fazenda Sacco deixou a distração de que usava o jôgo da espadilha entre os amigos, por lhe ter chegado aos ouvidos que alguém achava pouco edificante aquelle passatempo.

Não cultivava seu talento como merecia, pretextando má saúde, entretanto possuia bons livros, de ciência, direito civil e ecclesiástico.

Já um pouco idoso começou a advogar em Quixeramobim, mas tendo obtido para um seu cliente uma sentença que lhe pareceu injusta e ilegal, indignou-se e lavrou um protesto de não mais advogar, o que cumpriu.

Fundou uma fazenda de criar — Mont'Alverne — à margem esquerda do Banabuiú, onde celebrava em oratórios os ofícios Divinos.

Faleceu em 1896 ou 1897, já privado do uso da vista e de razão, havia 3 ou 4 annos.

(Extraido do TOMO XVI — Instituto do Ceará).

"Cosme Leitão de Souza casado com Laura de Távora, (cujos pais foram vítimas do despotismo brutal de Pombal).

Laura de Távora, cujos pais foram vítimas do despotismo de Pombal, casou com Cosme Leitão de Souza e desse consórcio nasceu: Luiz de Brito Lira, que casou com Júlia de Sant'anna Maria da Encarnação.

Este casal (Luiz e Julia) são os pais de:

Matildes Saraiva Leão que casou com
Antônio Galdino Saraiva Leão.
Pais de:
José Galdino Saraiva Leão esposo de:
Felismina Auta Saraiva Leão
Pais de:
Teresa Cristina Saraiva Leão casada com
José Bougival S. Leão.
Pais de:
Heloisa Saraiva Câmara esposa de:
Miguel Fenelon Câmara
Pais de:
FRANCISCO FERNANDO S. CÂMARA

* * *

A família Andrade no Ceará tem sua origem no professor de Latim Licenciado, Plácido Francisco de Assis Andrade, natural de Goiana, em Pernambuco, que veio nomeado pelo Governo de Sua Majestade Imperial, para ensinar Latim em Quixeramobim, na primeira metade do século passado.

O Licenciado Plácido era viúvo, e aqui chegando, contraiu núpcias com Felícia Antônia Saraiva Leão (irmã de Julia de Sant'Ana Maria da Encarnação) e deste consórcio, entre outros filhos houve:

Manuel Antônio de Andrade, que casou com Felícia Antônia de Andrade (Filota) e são pais de:

Ana Estela de Andrade Furtado, esposa de José Furtado Mendonça Bezerra de Meneses, pais de:

Dr. Manuel Antônio de Andrade Furtado, hoje falecido, e um dos belos intelectuais que possuiu a "Terra da Luz".

PROPRIEDADES QUE PERTENCERAM A MEUS ANTEPASSADOS:

Fazenda Mont'Alverne (na Ribeira do Banabuiú) pertencia ao Padre Dr. Antônio Elias Saraiva Leão.

Fazenda Saco — Pertencia ao Tenente Coronel Antônio Saraiva Leão (Papai Saraiva) cuja filha Julia Maria de Sant'Ana da Encarnação, se casou com Luiz de Brito Lira, filho de Cosme Leitão de Souza e Laura de Távora.

Fazenda Santa Teresa — (Catolé do Rocha) — Pertencia a João Batista da Costa Coelho, irmão de Julia Maria Sant'Ana da Encarnação.

Fazenda São João (hoje Vila de Lacerda) — Pertencia ao Capitão Lucas Luiz Saraiva Leão.

Fazenda Jericó — Pertencia ao Sr. Antônio Galdino Saraiva Leão.

Fazenda Marajó — Pertencia a Manuel Antônio de Andrade.

Fazenda Salva Vidas — Antônio Benício Saraiva Leão.

Fazenda Muxuré — Manuel Tôrres Câmara.

Fazenda Carnaubas — Manuel Tôrres Câmara.

Fazendas Riacho da Porta e Serrote Branco — Capitão Antônio Furtado de Mendonça Meneses.

Fazenda Santa Bárbara — Major José Bezerra de Meneses, genro de Antônio Bezerra de Souza Meneses — "O Revolucionário".

* * *

OUTROS RAMOS ILUSTRES DA FAMÍLIA TÁVORA QUE VIERAM PARA O BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DOS SÉCULOS XVII E COMEÇO DO SÉCULO XVIII HOJE ENTRELAÇADAS COM OUTRAS FAMILIAS RADICADAS EM VÁRIAS REGIÕES DO PAÍS.

Em harmonia com o critério genealógico que vimos adotando na elaboração deste trabalho, citamos ainda, as famílias de D. José Vicente TÁvora, Arcebispo de Aracajú, e do ex-deputado Lamartine Távora, das quais procede o célebre escritor João Franklin da Silveira Távora, bem como a de Miguel Fernandes de Távora, português genuíno, casado em Pernambuco na família Castro, onde residiu e faleceu, tendo deixado alí numerosa prole, então alí caldeado com outras famílias pernambucanas e portuguêsas, como revela o matrimônio de Dona Catarina de Távora de Castro com Estevam Paes Barreto, filho de João Paes Velho Barreto.

Assim, pois, além da família de Laura Távora, anteriormente mencionada, casada com Cosme Leitão de Souza, outros Távoras per-

tencentes à mesma árvore genealógica se desprenderam do tronco comum hispano-lusitano, vindo ter a Pernambuco, em cujo solo floresceram, inicialmente, conservando sempre o sobrenome de Távora, relíquia indicativa do título de nobreza que lhes teriam transmitido seus antepassados.

Entre estas vamos encontrar, aqui no Nordeste, nos primórdios da colonização, João Felizardo da Silveira Borges Távora, assim a de Miguel Fernandes de Távora como acentuam e esclarecem os dados genealógicos de ambas as famílias, extraidos de fontes incontestáveis, os quais nos foram fornecidos, em parte, por pessoas consanguíneas da família, no caso D. Amélia Távora Teixeira, octogenária, o bancário Luiz Edson Pinheiro Távora, bem como a outra extraída da Nobiliarquia Pernambucana, de Borges da Fonseca, como veremos em seguida:

FELIZARDO DA SILVEIRA BORGES TÁVORA

Felizardo da Silveira Borges Távora, nome que recebeu no batismo, o qual, porém, pelo Sacramento do Crisma foi acrescido João Felizardo da Silveira Borges Távora.

Era casado com Ana Nunes da Fonsêca Távora, residia no Estado de Pernambuco, onde negociava, voltando depois a fixar residência no Estado do Rio Grande do Norte, no lugar denominado Panema, adquirindo aí algumas propriedades.

Em passeio no Ceará veio a falecer sua esposa, no ano de 1859, na cidade de Areias.

Três anos após, em 1862, faleceu no lugar Riachão, no mesmo Estado, contando 51 anos de idade.

Foram oriundos deste casal:
Joana Henrique da Silveira Távora,
Maria Augusta da Silveira Távora,
João Franklin Távora,
Ephifânia da Silveira Távora,
Aderbal da Silveira Távora,
Joaquim da Silveira Távora e
Belarmina Távora Lisboa, naturais do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

JOANA HENRIQUE DA SILVEIRA TÁVORA, casou-se com Antônio Fernandes de Maria e faleceu no Estado do Rio de Janeiro, em idade avançada; MARIA AUGUSTA DA SILVEIRA TÁVORA, faleceu em Pernambuco, quando contava oito meses de idade; EPHIFÂNIA DA SILVEIRA TÁVORA faleceu após 15 dias de nascida na Paraíba, na cidade de Areias; JOÃO FRANKLIN DA SILVEIRA BOR-

GES TÁVORA, casou-se em primeiras núpcias na fazenda Cangaty, no Estado do Ceará, com D. Maria Angélica Pereira Colares, viúva de Possidônio Deodato Colares, filha do Capitão José Idelfonso Pereira de Góes e de Raquel Menelena Nogueira Colares, a qual era natural de Limoeiro do Norte.

Esta viúva tinha, do primeiro matrimônio os seguintes filhos: Abigail, Jovita e Antônio; JOÃO DA SILVEIRA BORGES TÁVORA, grande proprietário em Recife (Pernambuco), morava em seu sítio, Alagadiço Grande, próximo à cidade de Recife.

Casou-se com Inácia Casado, natural de Pernambuco.

Tiveram origem neste casal: Camilo Henrique da Silveira Távora; Eudigena Felizardo da Silveira Borges Távora, Alexandre da Silveira Lima, Pedro da Silveira Lima, José da Silveira Lima, Joana de Lima e Meira e Abreu Pereira, Inácia de Távora, Maria da Silveira Távora, Tereza da Silveira Távora, e Claudina da Silveira Távora.

Alexandre foi para o Rio Grande do Sul, José ficou em Pernambuco e Bahia e Pedro veio para Jaguaribe, Ceará.

NOTA: Escritor JOÃO FRANKLIN DA SILVEIRA TÁVORA era filho natural de Camilo Henrique da Silveira Távora e foi criado por Felizardo da Silveira Borges Távora, avô de Amélia Távora Teixeira Leite, viúva do industrial João Teixeira Leite.

BIOGRAFIA DE JOÃO FRANKLIN DA SILVEIRA TÁVORA

João Franklin da Silveira Távora nasceu em Baturité, em janeiro de 1842, contemporâneo de José de Alencar o seu acérrimo adversário, sendo seus pais Camilo Henrique da Silveira Távora e Maria de Santana da Silveira .

Transferiu-se para Recife, alí estudou e se formou em Direito.

Foi diretor da Instrução Pública de Pernambuco e Deputado à Assembléia Provincial.

Talvez se pudesse considerá-lo escritor Pernambucano, mas na verdade nunca esqueceu a terra natal e sempre lhe testemunhou afeição.

O seu primeiro romance — OS INDIOS DO JAGUARIBE, 1862, é o primeiro romance cearense.

Grande figura das letras nacionais, provocou a chamada "Literatura do Norte".

Os seus romances — O CABELEIRA, 1876; O MATUTO, 1878 e LOURENÇO 1881, foram publicados quando o autor já residia no Rio de Janeiro.

Cultivou o teatro (drama e comédia), a crítica e a história.

Era funcionário da Secretaria do Império e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi secretário e orador oficial.

Patrono da Academia Cearense de Letras — Cadeira n.º 16, de que é ocupante Joel Linhares.

Publicou afora as obras citadas: TRINDADE MALDITA (contos), 1861; UM MISTÉRIO DA FAMÍLIA (drama), 1861; A CASA DE PALHA (romance) 1866; CARTAS DE SEMPRÔNIO A CINCINATO (crítica), 1871; LENDAS E TRADIÇÕES POPULARES DO NORTE, 1878; SACRIFÍCIO (romance), 1879.

Morreu em 1888, aos 46 anos de idade — (Dados tirados do livro Terra da Luz — Antologia —, página 73 — Edição de 1966. Organizada pela Secretaria de Educação e Cultura do Ceará).

MIGUEL FERNANDES DE TÁVORA

Miguel Fernandes de Távora, nascido em Lisboa, casou com Margarida A. de Castro, filha de João Paes Velho Barreto como segue:

JOÃO PAES VELHO BARRETO, natural e da melhor nobreza de Vianna, descendente dos morgados da Belheira, senhores da tôrre de Constantino Barreto, passou a Pernambuco na sua primeira povoação e nele casou com Ignez Coardez, filha de Francisco Fernandes, de quem tem filhos que expressaremos:

Estevão Paes Barreto, filho de João Paes Velho Barreto, sucedeu a seu irmão João Paes Velho Barreto, como Morgado.

Casou com D. Catharina de Castro de Távora, filha de Miguel Fernandes de Távora, natural de Lisboa, mais fidalgo que escudeiro, e de D. Margarida A. de Castro, natural da freguezia de Ipojuca, de quem teve os filhos seguintes:

João Paes de Castro,
Estevão Paes Barreto e
Margarida Alves (ou Niz) de Castro.

.. ..

Margarida Alves de Castro, filha de Estevão Paes Barreto e de Catharina de Castro Távora, casou com seu primo João Paes de Mello, em quem falaremos em sua descendência.

.. ..

O capitão João Paes Barreto, entre todos os que militaram nas guerras de Pernambuco, um dos mais esforçados capitães, filho de Christovão Paes Barreto e de D. Maria de Mello, casou com sua prima Margarida Martins (ou Alves) de Castro, filha de Este-

vão Paes Barreto e de D. Catharina de Castro de Távora, de quem teve os seguintes filhos:

Christovão Paes Barreto,
D. Maria Madalena de Távora e
D. Izabel de Mello Barreto

. . . . . .

D. Maria Magdalena de Távora, filha do capitão João Paes de Mello, casou com Pedro Tavares Correia, filho de Pedro Correia da Costa e de sua mulher D. Maria de Tavares, de quem não tem sucessão.

. . . . . .

Forçosamente me é necessário dar, nêste lugar, cópia de Miguel Fernandes de Távora, que casou uma filha com Estevão Paes Barreto, que instituiu Morgado.

De mais daremos por ora cópia.

MIGUEL FERNANDES TÁVORA, natural de Lisboa, pessoa nobilíssima, casou em Pernambuco, na freguesia de Ipojuca, com Margarida Alves de Castro, senhora de dois engenhos, que ainda seus descendentes possuem, e de quem teve os filhos seguintes:

Fernão Rodrigues de Castro,
Catharina de Castro de Távora,
Anna de Castro de Távora,
Joana de Castro de Távora.

Fernão Rodrigues de Castro, filho de Miguel Fernandes de Távora nunca quis casar;

Catharina de Castro de Távora casou com Estêvão Paes Barreto, filho de João Paes Velho Barreto;

Anna de Castro de Távora levou seu irmão Fernão Rodrigues de Castro, junto com Joana de Castro de Távora a quem meteu freira em Vianna; faleceu Joana de Castro e, a irmã, desgostosa, não quis entrar em religião antes, sem consentimento, retirou-se da Pátria, o que o irmão não permitiu, casando-a com D. João de Castro, fidalgo da Galiza.

Dêsse matrimônio houve uma filha que casou com Fernão Pereira do Rêgo, senhor de três Morgados, em Vianna, de cujo matrimnio nasceram:

João Salgado de Castro
Fernão Pereira Rêgo
Antônio Pereira Rêgo
Alexandre Salgado de Castro
Paulo de Amorim Salgado

Paulo de Amorim Salgado, de quem sòmente faremos lembrança por passar a Pernambuco, nelle casou com D. Francisca Acioly, filha de João Baptista Accioly e de D. Maria de Melo, viúva que foi de João Pereira de quem teve os seguintes filhos:

Antônio Pereira Rêgo
João Salgado de Castro
Paulo de Amorim Salgado
Fernão Pereira Rêgo
Alexandre Salgado de Castro
Christovão Salgado de Castro.

Antônio Pereira Rêgo, filho de Paulo Amorim Salgado, passou a Vianna, casou em Ponte de Lima com uma prima sua, filha de João Salgado de Castro, de quem deixou um filho: Joseph Lima de Castro.

Nobiliarquia de Pernambuco (Borges da Fonseca) às páginas 26 (in fine) 27, 30 e 37 — Volume II.

CAPÍTULO VII

CATÁLOGO ECLESIÁSTICO

RELIGIOSOS DA FAMÍLIA TÁVORA

Santo Antônio de Pádua

Dom Fernando de Távora — Religioso Português — Foi um grande orador Sacro

Dom Frei Henrique de Távora — Foi Arcebispo de Gôa

João Mendes de Távora — Foi Bispo de Portalegre (Portugal) depois de Coimbra

Pedro Lourenço de Távora — Foi Cônego da Sé de Lisboa

Antônio Tavares de Távora — Foi Cônego de Mafra, depois Bispo.

Pe. Inácio Roiz de Távora — Governou a Diocese de S. Luis do Maranhão, em 1700.

Pe. Dr. José Távora de Andrade — Foi Vigário Geral da Diocese do Maranhão, nomeado pelo Cabido de Lisboa em 1732.

Antônio dos Reis Távora Leal (Pe. Licenciado) — Foi nomeado a 19 de março de 1749 para aquela Diocese na vaga do Cônego Miguel de Morais Rêgo. Ausentou-se para Lisboa.

Pe. Frederico de Távora — Pertenceu ao clero maranhense mais ou menos por aquela época, e era português.

Dom Lourenço de Távora — Fundador do Ginásio do Caraça, no cimo de uma montanha, no centro de Minas Gerais.

Dom Carloto Fernandes da Silva Távora — Fundador do Bispado de Caratinga.

Dom José Távora — Hoje Bispo de Aracaju.

Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora — Foi vigário em vários Estados do Brasil.

Pe. Leopoldo Fernandes Pinheiro Barreto — Grande Jornalista (Cearense).

Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão de Távora — Vigário da Barra do Sitiá e Quixeramobim.

Pe. Luis Moreira — Formado em Direito Canônico.

Pe. Mário Serra Marques — Vigário na Capital de São Paulo.

Pe. Manuel Barbosa — Foi vigário de São Pedro do Cariri.

Pe. Francisco das Chagas Barros — Professor do Ginásio de Crato.

Pe. José Edilson Silva — Major Capelão da Polícia Militar do Ceará.

Pe. Nicodemos Benício Pinheiro — Vigário de Parambu.

Monsenhor José Mourão Pinheiro — Vigário em Fortaleza.

Pe. Matias Gomes Barreto — Primeiro Sacrdote cearense da Ordem São Pedro, nascido na Barra do Sitiá entre 1740 e 1750.

Pe. Joaquim Pinheiro — Vigário no Icó, celebrava missas em oratório da sua fazenda Cruz.

Pe. Bento Antônio Fernandes — Vigário da Paróquia de Quixeramobim.

Frei Antônio Nobre de Távora — Celebrisou-se pelos atos de fôrça que praticou.

Pe. Edgar Saraiva Leão — Vigário de Pereiro, Jaguaribe, hoje Capelão Militar em Realengo (Estado do Rio).

Pe. Irineu Pinheiro Barreto — Vigário em Iguatu.

Pe. José Carlos da Silva Carneiro — Vigário do Rio do Sangue.

Pe. Alberto de Oliveira — Vigário em Montese, nesta Capital.

Frei Cândido Rolim — Beneditino.

Frei Valeriano Juarez — Franciscano.

Frei Vidal Bacurau de Távora — Jesuita.

Antônia Querubina do Nascimento Távora (Irmã Genoveva) — Irmã de caridade.

Maria Leopoldina Marques Holanda (Irmã Marques) Religiosa de Santa Dorotéia.

Francisca Dutra Serra (Irmã Aluízia Maria de Cedro) — Religiosa Franciscana Capuchinha.

Maria Gurjão Marques (Irmã Maria de Jesus do Horto) — Religiosa da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado.

Liberti Ricarte Serra (Irmã Berenice) — Religiosa Franciscana Missionária da Imaculada Conceição.

Mara José do Nascimento — Irmã de Caridade.

CATÁLOGO CIVIL MILITAR DOS QUE SEGUIRAM CARREIRA DAS LETRAS

M I L I T A R E S

Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, capitão do Exército falecido na revolução de 1924 em São Paulo.

Juarez do Nascimento Fernandes Távora, marechal do Exército fêz parte de quase tôdas revoluções brasileiras.

Fernando do Nascimento Fernandes Távora, marechal do Exército, engenheiro militar fêz parte da Revolução de 1924 no Rio Grande do Sul tendo tomado parte no combate com as fôrças legais no lugar Barro Vermelho em plena Campina Gaúcha.

José Fontoura Magalhães Távora, general do Exército pertenceu a Casa Militar no govêrno Castelo Branco.

Antônio Alves Fernandes Távora, coronel do Exército, escritor tendo deixado inéditas produções literárias de sumo valor.

João Neiva de Melo Távora, tenente coronel do Exército, tendo concluído há pouco o curso do Estado Maior logrando lugar de destaque como orador de sua turma e atualmente comandante da Região de Sergipe.

Virgilio de Morais Fernandes Távora, coronel do Exército, aluno distinto na Escola Militar tirando o primeiro lugar de sua turma.

Antônio Assis Fernandes Távora, oficial reformado, hoje grande industrial no Estado da Guanabara.

Wilson de Silveira Brito Távora, engenheiro militar.

Miguel Edge de Arruda Távora, oficial reformado, foi prefeito de Baturité.

Fídias Pio de Andrade Távora, aviador militar já falecido, fora um grande técnico na nossa aviação militar.

Flávio Távora Pinho, aviador militar, professor atualmente em missão de estudo nos Estados Unidos.

Édson Távora Maia, capitão do Exército reformado.

Olavo Távora Maia, aviador militar.

Edilson de Melo Távora, oficial da reserva, engenheiro civil e Deutado Federal.

Edival de Melo Távora, oficial da Reserva, membro do Tribunal de Contas tendo sido presidente do mesmo.

Antônio Robério Távora, Oficial da Reserva, ex-acadêmico de direito, perito contador e jornalista.

Francisco Racine Távora, acadêmico de Direito, reservista do Exército, deputado e 1.º vice-presidente da Assembléia.

João Ari Moreira, Major do Exército.

José Pinheiro Monteiro, Major, cursou Estado Maior.

Manoel Costa Monteiro, tem o curso do Estado Maior; montou a refinaria de Cubatão e é engenheiro mecânico de automóveis e indústrias.

B A C H A R É I S

Belizário Fernandes da Silva Távora, bacharel em direito pela Faculdade de Pernambuco.

Eliziário Fernandes da Silva Távora, ex-promotor no Ceará e Desembargador da Côrte de apelação do Acre.

Adhemar do Nascimento Fernandes Távora, ex-desembargador da Côrte de Apelação do Ceará.

Edival de Melo Távora, Ministro do Tribunal de Contas do Estado e professor da Escola de Administração.

Aluísio de Holanda Távora, advogado do Banco do Brasil.

Jaime de Holanda Távora, funcionário Público Federal; foi secretário do Ministro José Américo de Almeida.

José Sérgio de Castro, advogado nos Estados Unidos.

Valdomiro de Castro Távora, promotor público no Ceará.

José Francisco Alves Fernandes Távora, advogado e funcionário público.

Délio Távora Pinheiro, advogado e professor de Direito em Pernambuco.

Ernani Uchôa Lima, advogado.

Juarez Távora Filho, advogado da Justiça do Trabalho.

E N G E N H E I R O S

Amílcar de Morais Fernandes Távora, diretor do DAER.

Antônio de Holanda Távora, funcionário federal, engenheiro dos portos.

Edilson de Melo Távora, engenheiro civil.

Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, engenheiro militar e civil.

Rui da Silveira Brito Távora, engenheiro civil.

Antônio Alves Távora, engenheiro geógrafo.

Francisco José Alves Fernandes Távora, engenheiro agrônomo.

Almir Alves Fernandes Távora Filho, engenheiro agrônomo.

Dácio Távora Pinheiro, engenheiro agrônomo.

Tarcisio Távora Pinheiro, engenheiro mecânico.

Fernando Távora Filho, engenheiro de minas.

Maria Aparecida Bezerra, engenheira agrônoma.

Wellington Batista, engenheiro civil.

José Wark's Meireles, engenheiro civil.

Antônio Airton Peixoto, engenheiro agrônomo técnico especialista.

Edgar Bezerra Peixoto, engenheiro eletricista.

Antônio Bezerra Peixoto, engenheiro agrônomo.

Cezar Moreira, engenheiro civil.

Vilmar Moreira, engenheiro químico.

Francisco Holanda Távora, piloto civil.

José Valter de Castro Távora, piloto civil.

M É D I C O S

Manuel do Nascimento Fernandes Távora

Raimundo de Lima Gomes

Vladimir Távora Cordeiro da Cruz

Belizário Távora Filho

Cid de Holanda Távora, Médico Veterinário

Belizário Alves Távora Sobrinho, Médico Veterinário

José Barbosa Campêlo, Diretor e Médico da Maternidade de Jaguaribe.

Rubens da Silveira Brito Távora

Célia Maria Rolim Bezerra

Antônio Helder Bezerra

O D O N T Ó L O G O S

Carloto Alves Fernandes Távora

Francisco Távora da Silva

Milton Marques de Oliveira

A P Ê N D I C E

Manoel Peixoto da Silva Távora, era Sargento Mor e viera de Pernambuco localizar-se no vale do Jaguaribe principalmente em Russas em 1706 e em virtude da 2a. data de Sesmaria, que requereu ao Governador Manoel Francês, a 7 de outubro de 1723, transferiu-se do baixo para o médio Jaguaribe, onde fixou residência no lugar Ajuntador, próximo a Curralinho, peão da data citada.

Pelo título que lhe foi conferido no conteúdo da data de Sargento Mor, verifica-se que Peixoto já era naquela época, autoridade, talvez delegado Regional ou Juiz de Paz.

A sua Sesmaria constava de 3 léguas, encravada no atual município de Jaguaribe no lugar Sitio Santa Isabel ou Fazenda Curralinho, acima da cidade de Jaguaribe mais ou menos quatro quilômetros.

O seu domicílio, porém, segundo tradição oral, seria no lugar Ajuntador, como ficou dito, à margem esquerda do Rio Jaguaribe, próximo à fazenda Curralinho, que fica à margem direita, sendo Ajuntador distante daquela cidade, mais ou menos, 3 quilômetros.

Peixoto viera de Pernambuco, como foi dito, e descende de Bernardino Tavares de Távora, então governador daquela circunscrição política, entre 1766 e 1800 (Pereira da Costa, Anais Pernambucanos Vol. 4.º)

JOSÉ FERNANDES: Com relação aos ancestrais de José Fernandes do Monte e Silva, que residiu na Barra do Sitiá, lado esquerdo do Banabuiú casado que foi com Isabel, filha de Manoel Peixoto da Silva Távora, pouco podemos adiantar senão que o mesmo era Português, e vem de um lado da família Monte, que guerreou com Feitosa.

NEGREIROS e TÁVORA, o caldeamento de Negreiros e Távora vem da família de Matias Vidal, irmão de Vidal de Negreiros, que mudando-se de Goiana, (Pernambuco) fixou-se em Russas no baixo Jaguaribe onde deixou numerosa prole.

Dele descende Francisca Correia de Lima Negreiros, que casou com Antônio Alves da Paz Meireles Távora, bisavô do biografado Manoel do Nascimento Fernandes Távora.

(Soares Bulcão, com remissão ao Barão de Studart-Anastácio Braga — Notas Genealógicas, pág. 141).

ALVES: No que concerne aos Alves que vieram do baixo Jaguaribe, e se localizaram também no Caranguêjo, município de Jaguaribe, há veementes indícios de que os mesmos pertencem à família Negreiros, seja por consanguinidade, seja por afinidades, desde os mais remotos troncos.

CUNHAS: Estes vieram de Pernambuco e se localizaram no lugar Xique-Xique, que fica na margem esquerda do rio Jaguaribe e acima da povoação de Mapuá, antiga Boa Vista, mais ou menos 2 quilômetros.

Os Cunhas, isto parece não padecer dúvida, provém de João da Cunha Souto Maior, ex-governador de Pernambuco, em 1689, no reinado de Pedro II. (Pereira da Costa, obra citada).

Esta convicção se consubstancia na investigação que vimos fazendo através da história da Colonização, bem como na tradição oral existente em torno das origens ou procedência daquela família.

Certo de que para ali vieram os Cunhas como acompanhantes dos Távoras, cujo casal primitivo ficou conhecido como Manoel da Cunha Souto Maior e Rosa Maria de Jesus. (Inventário particular de Rosa Maria de Jesus, Cartório de Icó e julgado por sentença em 1789).

NOTA: Provém por consanguinidade e afinidade daquelas 3 famílias, daqueles velhos troncos jaguaribanos os seguintes ramos: Os Marques do Pôço Verde de Tauá e Regalo; Os Albuquerques e Souza de Pacatuba; Os Saraivas e Ponte de Pereiro; Furtados de Quixeramobim e Russas; Os Peixoto Milhomes de São Miguel; Os Barbosa do Canto Alegre; Os Negreiros Alves da Viração; Os Marques da Pedra Fina e Sussuarana; Os Vidais da Cruz: Os Cunhas de Feiticeiro; Os Norbertos do Caranguêjo; Os França e Graça do Icó; Os Alves da Varzinha; Os Monteiro e Silveira de Arueira; Os Alves de Massapê; Os Vitorianos Alves de Araújo Távora de Iguatú; Os Araújo Alves Pinheiro Távora de Solonópolis; Os Meireles Távora de Tauá; Os Alves Meireles Távora de Solonópolis; Os Cunha de Jaguaribe; Os Barreto de Capricho (Frade) Tauá, São Benedito e Sobral; Os Alves da Jurema; Os Mourões de Russa; Os Monte Arrais de Assaré e Saboeiro; Os Barreto e Peixoto da Barra do Trussu; Os Alves Rolim do Bonito; Os Alves de Tatajuba; Os Xavier Alves do Pereiro; Os Vidais da Paz, Os Cunhas Pequeno do Riacho dos Bois; Os Alves do Caranguêjo dos Bezerra; Os Alves Bezerra da Pasta; Os Alves Uchoa Lima, Os Cunhas e Peixoto do Crato; Os Lourenços do Espírito Santo; Os Cunhas do Açougue, Pedra Branca e Feiticeiro; Os Fideles e Barretos da Aningas; Os Peixoto e Bezerra do Frade; Os Dilermanos de Laranjeiras; Os Lopes do Pimenta e da Tocaia; Os Correia Lima do Aracati e Russas; Os Alves Pinheiro Botão de Solonópolis; Os Montes Silva de São Benedito; Os Carneiro Leão da Silva; Os Falcões de Baturité; Os Paulino das Carnaubas; Os Arrudas Távora de Baturité; Os Carvalho de Iguatu da fazenda Amapá; Os Alexandre Távora Pinho do Rio Grande do Sul, Os Távora de Pernambuco D. José e Lamartini Távora; Os Franklin Távora de Baturité; Os Teixeiras Leite Távora do Maranhão; Os Combas Távora do Rio Grande do Sul; Os Távoras Cordeiro de Magalhães de Fortaleza; Os Távora Rabêlo Maia de Morada Nova e Fortaleza; Os Távoras Holanda de Quixadá; Os Távoras Montezumas de Baturité; Os Távoras Caminha, de Aracati; Os Távoras Bacural do Crato; Os Távoras Fernandes do Rio Grande do Norte; Os Távoras Castelo de Maria Pereira; Os Távoras Benevides; Os Távoras Junqueira de Minas Gerais; Os Távoras Martins do Piauí; Os Távoras Teixeira de Itapipoca; Os Távoras Pio de Andrade, do Rio Grande do Sul; Os Távoras Pitanga de Alagoas; Os Pinheiro Távora Carvalho; Távora Maia do Jaguaribe; Távora Diógenes Pinheiro; Távora Alves Nogueira; Távora Linhares Caracas, Távora Gutenbergue Freire; Távora Morais Correia; Távora Fernandes de Campos Sales; Távora Pereira e Souza de Nova Floresta; Bezerra de Menezes de Frade; Távoras Brito do Amazonas; Os Cunhas do Boqueirão; Os Maciéis do Icó; Os Teixeiras Távora do Estado do Rio; Távora Pinto Acioli do Icó; Távora

Colares; Borges Távora de Pernambuco; Brito Távora do Pará; Leão Amorim Távora; Pereira de Matos Cabral de Távora, João de Amorim Távora, Gonçalo de Matos Távora, Capitão Matias de Lima Távora, José Carlos Cunha e Távora, Manoel Leite de Távora, Távora Cipriano da Bahia, Távora Bento Alves, Távora Saturnino Bezerra, Távora Oscar Fontes da Bahia, Távora Abraão, Abra-Miram do Líbano, Távora Emídio Castro e Silva, Távora Stross, Távora Matias Cardoso Castelo Branco.

NOTA

Os Barrêtos de Tauá são os mesmos de Jaguaribe e Jaguaruana.

Uma môça da família Barreto casou nos Feitosas dos Inhamuns.

Esta parte da família Barreto residia em Quixeramobim.

Dêsse ramo Barreto-Feitosa veio Fausto Barreto, ex-professor do Ginásio Pedro II do Rio de Janeiro, progenitor de Mário Barreto; um e outro foram gramáticos de renome.

Os Barretos como estão disseminados por todo o Ceará, vieram acompanhando os Távoras e com êles cruzados desde Portugal, como consta do casamento do General Francisco Barreto, chefe do movimento contra os holandêses no Pernambuco, casado que foi com Margarida Juliana de Távora; e em Pernambuco o descendente de Miguel Fernandes Távora, português, casou com a filha de Barreto Velho, pernambucano.

FORMAÇÃO ECLESIÁSTICA DO JAGUARIBE

A freguesia foi criada na povoação de Boa Vista, hoje Mapuá, pela lei n.º 1074, de 30 de novembro de 1863, sendo desmembrada das do Icó Riacho do Sangue e Frade e Pereiro e teve por primeiro vigário o Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira, natural do Icó, nomeado por provisão de 19 de dezembro do mesmo ano/ tomou posse a 17 de janeiro de 1864/ A lei n.º 1468, de 18 de novembro de 1927, transferiu a sede da freguesia para então Vila de Jaguaribe Mirim, sem nem uma alteração de limite — As terras de Jaguaribe foram ocupadas primitivamente, antes de 1723 por João da Fonsêca Ferreira, que era possuidor do Sítio Santa Rosa desde 1697, e que por sua vez as doou ao seu genro de nome Manoel Cabral de Vasconcelos, que as vendeu ao Pe. Domingos Dias da Silveira, Cura da Vila do Icó/mais tarde ditas terras foram arrematadas em hasta pública pelo Pe. João Martins de Melo, que por escritura de 25 de Maio de 1786, delas fez doação a Francisco Eduardo Pais de Melo para seu patrimônio de ordenação. Morto o

Pe. Eduardo Pais, foi retalhado o sítio Jaguaribe Mirim entre 14 credores seus, por despacho do ouvidor Antônio Manoel Galvão, de 9 de fevereiro de 1813, tocando a alguns dêles apenas 5 braças"/ Do Ceará de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, página 299 com remissão a Antônio Bezerra, ALGUMAS ORIGENS DO CEARÁ, página 100 a 101.

N O T A

As famílias de Silvio Romero, de Fausto Cardoso e Herval Fontes descendiam da Casa Real Portuguêsa, através da Freira Maria de Távora, que se casou ou uniu-se com José Sarmento. Essa senhora acompanhou Dom Afonso VI, que foi desterrado para a Ilha Terceira no Arquipélago dos Açores. Ali chegada, uniu-se àquele cidadão. Tendo filhos, dentre eles um foi ser frade, Frei Bento de Távora da Silveira, que veio fundar no Brasil um Convento nos limites de Sergipe e Bahia. No período da perseguição de Pombal aos Távoras, essa família viu-se forçada a mudar o apelido de Távora, ficando sòmente com o de Silveira.